

metrópoles

REVISTA DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA 2º SEMESTRE 2013

ALTERAÇÕES POLÍTICAS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

AML SEMESTRE
CONFERÊNCIA
HORIZONTES

DESTAQUE
NOVO MAPA
POLÍTICO DA AML

PATRIMÓNIO
LOURES - PALÁCIO
DOS ARCEBISPOS
OEIRAS - CENTRO DE ARTE
MANUEL DE BRITO

CULTURA
A FIGURA EMBLEMÁTICA
DE NATÁLIA CORREIA

ALCOCHETE . ALMADA .
AMADORA . BARREIRO .
CASCAIS . LISBOA .
LOURES . MAFRA . MOITA .
MONTIJO . ODIVELAS .
OEIRAS . PALMELA .
SEIXAL . SESIMBRA .
SETUBAL . SINTRA .
VILA FRANCA DE XIRA

MUNICÍPIOS QUE CONSTITUEM A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Alcochete

Largo S. João Baptista
2894-001 ALCOCHETE
Tel. 21 234 86 00 . Fax 21 234 86 90
www.cm-alcochete.pt

Almada

Largo Luis de Camões
2800-158 ALMADA
Tel. 21 272 40 00 . Fax 21 272 45 55
www.cm-almada.pt

Amadora

Av. Movimento das Forças Armadas
2700-595 AMADORA
Tel. 21 436 90 00 . Fax 21 492 20 82
www.cm-amadora.pt

Barreiro

Rua Miguel Bombarda
2830-355 BARREIRO
Tel. 21 206 80 00 . Fax 21 206 80 01
www.cm-barreiro.pt

Cascais

Praça 5 de outubro
2754-501 CASCAIS
Tel. 21 482 50 00 . Fax 21 482 50 30
www.cm-cascais.pt

Lisboa

Praça do Município
1100-365 LISBOA
Tel. 21 322 70 00 . Fax 21 322 70 08
www.cm-lisboa.pt

Loures

Praça da Liberdade, 4
2674-501 LOURES
Tel. 21 982 98 00 . Fax 21 982 00 84
www.cm-loures.pt

Mafra

Praça do Município
2644-001 MAFRA
Tel. 261 810 100 . Fax 261 810 130
www.cm-mafra.pt

Moita

Praça da República
2840-422 MOITA
Tel. 21 280 67 00 . Fax 21 280 10 08
www.cm-moita.pt

Montijo

Rua Manuel N. Nunes Almeida
2870-352 MONTIJO
Tel. 21 232 76 00 . Fax 21 232 76 08
www.mun-montijo.pt

Odivelas

Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 ODIVELAS
Tel. 21 932 00 00 . Fax 21 934 43 93
www.cm-odivelas.pt

Oeiras

Largo Marquês de Pombal
2784-501 OEIRAS
Tel. 21 440 83 00 Fax 21 440 87 12
www.cm-oeiras.pt

Palmela

Largo do Município
2954-001 PALMELA
Tel. 21 233 66 00 . Fax 21 233 66 59
www.cm-palmela.pt

Seixal

Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45
2844-001 SEIXAL
Tel.: 212 276 700 . Fax: 212 276 701
www.cm-seixal.pt

Sesimbra

Rua da República, 3
2970-741 SESIMBRA
Tel. 21 228 85 00 . Fax 21 228 85 26
www.cm-sesimbra.pt

Setúbal

Praça do Bocage
2900-276 SETÚBAL
Tel. 265 541 500 . Fax 265 541 621
www.mun-setubal.pt

Sintra

Largo Dr. Virgílio Horta
2714-501 SINTRA
Tel. 21 923 85 00 . Fax 21 923 86 57
www.cm-sintra.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 2
2600-093 V.FRANCA de XIRA
Tel. 263 280 480 . Fax 263 276 002
www.cm-vfxira.pt

NOVOS ÓRGÃOS DA AML

A Direção

Realizadas as eleições autárquicas em 29 de setembro, não está ainda concluído, no momento em que encerramos a presente edição da **Metrópoles** (finais de dezembro), o processo de eleição e instalação dos novos órgãos dirigentes da Área Metropolitana de Lisboa, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. De acordo com esta lei, os 18 presidentes de Câmara, que antes constituíam o órgão executivo da AML denominado Junta Metropolitana, integram agora o Conselho Metropolitano de Lisboa, órgão deliberativo, e aprovam a lista ordenada de candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, a submeter a votação nas assembleias municipais da AML.

O Conselho Metropolitano de Lisboa, instalado em 29 de outubro, elegeu em 4 de novembro o seu presidente, António Costa, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (PS), com 9 votos a favor e representando 67% dos eleitores da Área Metropolitana de Lisboa. Os vice-presidentes do Conselho, Hélder Sousa e Silva (PPD-PSD) e Paulo Vistas (IOMAF – Isaltino Oeiras Mais À Frente), Presidentes da CM Mafra e Oeiras respetivamente, foram eleitos em 14 de novem-

bro com 9 votos a favor e representando 67% dos eleitores da Área Metropolitana de Lisboa.

Em ambas as eleições participaram na votação apenas os municípios de Amadora, Cascais, Lisboa, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

Já a deliberação sobre a lista ordenada dos candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana, tomada em 5 de dezembro, teve a participação de todos os municípios por voto unitário, sendo que na votação ponderada deram entrada na urna apenas votos favoráveis e representativos de 67% dos eleitores da Área Metropolitana de Lisboa. A lista ordenada, que será votada a 16 de janeiro de 2014, em simultâneo nas 18 assembleias municipais da AML, tem a seguinte composição: primeira-secretária, Maria da Luz Rosinha (PS), ex-presidente da CM Vila Franca de Xira; e como secretários-metropolitanos Filipe Eduardo Miranda Ferreira (PPD-PSD), eleito na CM Amadora, Carlos Inácio (PS), assessor na CM Lisboa; Emanuel Costa (PS), ex-membro da Assembleia Municipal do Montijo e da Assembleia Metropolitana de Lisboa, e João Carlos Dias Coelho (PPD-PSD), administrador da Tratolixo.

METRÓPOLES 2º SEMESTRE 2013

FICHA TÉCNICA - Diretores António Costa, Hélder Sousa e Silva, Paulo Vistas **Diretora Executiva** Sofia Cid **Coordenação Editorial** Mariana Coelho **Produção Editorial e Gráfica** Papel Press, **Redação** José Miguel Dentinho e Sílvia de Oliveira **Fotografia** Luísa Flores, Paulo Alexandrino, Municípios da AML **Colaboradores Permanentes** António Valdemar (cultura), João Paulo Martins (aromas), Rui Pimentel (cartonista) **Diretor Criativo** Luís Beato **Redação e Propriedade** Área Metropolitana de Lisboa, Rua Carlos Mayer, n.º 2, r/c, 1700-102 LISBOA Tel.: 218 428 570 - Fax: 218 428 577 E-mail: amigeral@am.l.pt **Distribuição Gratuita** ISSN:1645 - 7021 Depósito legal n.º 195580/03 **Tiragem**: 5000 exemplares.Semestral





40



58



62

| | |
|--------------------------------------------------------------------|----|
| EDITORIAL | 3 |
| BREVES | 6 |
| Notícias dos concelhos da AML | |
| AML SEMESTRE | 12 |
| O que traz de novo o regime jurídico das entidades intermunicipais | |
| Conferência Horizontes | |
| DESTAQUE | 18 |
| O novo mapa político da AML | |
| PME'S INOVAÇÃO | 38 |
| As membranas betuminosas da <i>Imperialum</i> | |
| PATRIMÓNIO | 40 |
| Palácio dos Arcebispos de St. Antão do Tojal | |
| Centro de Arte Manuel de Brito | |
| FUNDOS COMUNITÁRIOS | 48 |
| Promoção da requalificação escolar para a integração social | |
| IMAGENS METROPOLITANAS | 52 |
| Paulo Alexandrino | |
| CULTURA | 58 |
| Nátália Correia | |
| AROMAS | 62 |
| O espírito do vinho de França à Estremadura | |
| ACONTECEU | 66 |
| AML promove encontro | |
| Descentralização Educativa: Perspetivas Estratégicas | |

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

AML publicou Livro de Atas do Seminário “Área Metropolitana de Lisboa – Ambiente Urbano e RISCOS”



A Área Metropolitana de Lisboa apresentou, no passado dia 30 de setembro, na Fundação Cidade de Lisboa, o Livro de Atas do Seminário “Área Metropolitana de Lisboa – Ambiente Urbano e RISCOS”, que pode ser descarregado em www.aml.pt.

A apresentação do livro ficou a cargo de João Serrano, à data Presidente da Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa, e de Lino Paulo, à data Presidente da Comissão Permanente de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Metropolitana.

Esta publicação surge na sequência do Seminário promovido em março de 2012 pela Comissão Permanente de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, que contou com a participação de vários especialistas nacionais das áreas dos riscos físicos sobre o território, dos riscos do uso do território, do planeamento, monitorização e prevenção de riscos, bem como da área da educação para o risco.

ALCOCHETE

. Executivo não aumenta IMI e incentiva reabilitação urbana



O Executivo Municipal aprovou, por unanimidade, em sessão de Câmara, a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar em 2014 que não sofreu alterações comparativamente a anos anteriores. Com o objetivo de incentivar a reabilitação urbana esta proposta contemplou ainda a delimitação dos Núcleos Antigos das Freguesias do concelho de Alcochete (objeto de operações de reabilitação urbana e combate à desertificação), situações de respetiva majoração, redução e isenção de IMI para os Núcleos Antigos das Freguesias e ainda a fixação de isenção do IMT para a primeira transmissão de prédios recuperados nestas mesmas áreas.

. Obras de requalificação prosseguem na Frente Ribeirinha

Estão em fase de conclusão, as obras de requalificação na Frente Ribeirinha de Alcochete, que estão em curso desde o passado mês de março, e que vão tornar este espaço da Vila numa área de usufruto público de excelência. A Avenida D. Manuel I (componentes terrestre e marítima), a Ponte-Cais, o Largo da Misericórdia e a Rua do Norte são os

espaços públicos que estão a ser alvo de regeneração urbana, numa intervenção que representa um custo total de €2.060.512,68 e que está a ser concretizada pela Câmara Municipal e pela Administração do Porto de Lisboa – APL.

. Plano municipal sénior

A Câmara Municipal apresentou publicamente o Plano Municipal Sénior, que resulta de uma metodologia participativa que permitiu obter junto da população mais idosa as suas preocupações, necessidades e aspirações, de forma a envolvê-los na conceção de ações ou projetos promotores do bem-estar deste extrato populacional. Na elaboração do plano estiveram envolvidos 150 municípios de ambos os sexos, residentes nas zonas rural e urbana, bem como os institucionalizados na valência de Centro de Dia.

ALMADA

. Museu naval



A Câmara Municipal de Almada celebrou um protocolo de colaboração com a Associação dos Amigos do Museu Naval (AAMN). A parceria estabelecida entre as duas entidades tem como objetivo a preservação, valorização e defesa do património naval e histórico local, através de pro-

jetos e iniciativas conjuntas e ou colaborativas neste domínio. Inaugurado em 1991 pela autarquia, e renovado em 2012, o Museu Naval, em Olho de Boi, salvaguarda um dos mais importantes acervos da memória e da identidade de Almada.

. Guia do empreendedor

Apresentado recentemente no Fórum Municipal, Romeu Correia, o Guia do Empreendedor, uma edição da Câmara Municipal dirigida às micro e pequenas empresas e aos investidores, assume-se como uma ferramenta informativa sobre o concelho, bem como sobre os incentivos específicos para a instalação de empresas e criação de emprego. Ao lançar esta publicação a autarquia pretende contribuir para o crescimento sustentado do emprego local e para a criação de um ambiente de negócios dinâmico.

. Baixa de impostos

Em Almada, o IMI vai baixar 2,5% em 2014. A taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI passa de 0,4% para 0,39%. Por seu lado, a Derrama vai isentar faturações inferiores a 150 mil euros anuais, o que corresponde a mais de 70% do tecido empresarial. A medida pretende aliviar o esforço das famílias numa altura de crise financeira e de grandes dificuldades económicas.

AMADORA

. Nova creche

Está já a funcionar a nova creche da Atalaia, cuja construção veio reforçar a taxa de cobertura na rede pública da Amadora. Destinado a crianças dos 4

aos 36 meses de idade, o novo equipamento tem capacidade para 74 crianças. Construída pela Câmara Municipal, com um investimento de cerca de 800 mil euros, a nova infraestrutura educativa é composta por duas salas de berçário, duas salas parque e quatro de atividade, conforme as idades dos seus ocupantes. O edifício dispõe ainda de sala de refeições, cozinha e áreas de apoio.

. Bandeira verde



O Município da Amadora recebeu recentemente a Bandeira Verde, representativa de boas práticas ambientais, atribuída pela Associação da Bandeira Azul da Europa (ABAE) no âmbito de uma candidatura municipal ao Projeto ECOXXI. Ao todo são 21 os indicadores que permitem avaliar diversas vertentes da sustentabilidade, enquadrando-se a Amadora no grupo dos 31 municípios portugueses que superaram os objetivos propostos pela ABAE, tendo obtido uma classificação de 63,1%.

. Parque habitacional

Construção particular a custos controlados e reabilitação urbana são preocupações sociais da autarquia amadorenses. Paralelamente ao apoio à edificação de habitações a custos controlados no âmbito do Habita Amadora – Azinhaga

dos Besouros – 81 fogos - a Câmara Municipal está a desenvolver um conjunto de intervenções em edifícios municipais, designadamente nas freguesias de Alfornelos, Venteira e Falagueira, com o objetivo de os dotar de melhores condições de habitabilidade e de promover a requalificação sustentável da malha urbana.

BARREIRO

. Área ribeirinha de Alburrica

São já visíveis no terreno os efeitos da intervenção do REPARA – Regeneração Programada da Área Ribeirinha de Alburrica, quer na qualificação de Alburrica, com uma dotação global de 2.269.554,50 euros, dos quais 622.947,31 euros são investimento municipal; quer na qualificação da Avenida Bento Gonçalves e do Barreiro Antigo, com um montante de investimento aprovado de 1.3763.973,25 euros, sendo 377.128,17 euros da responsabilidade da autarquia. O restante das duas vertentes do projeto é comparticipação do FEDER.

. Guia documental da SIRB



O Guia Documental da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense “Os Penicheiros”, editado pelo arquivo municipal, foi recentemente apresentado ao público na sala “Augusto Cabrita” daquela coletividade. Este

trabalho (caderno nº 6), que decorreu ao longo de um ano, insere-se num projeto mais vasto de tratamento e divulgação dos arquivos de interesse concelhio de várias instituições, e é composto por livros, dossiês, partituras musicais, fotografias, pinturas, cartazes e folhetos.

. Atribuição de subsídios

A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a atribuição de subsídios nas áreas da Intervenção Social e Movimento Associativo. Na área social, foram destinatários o Agrupamento de Escolas do Barreiro (subsídio de alimentação aos alunos da EB nº3 do Barreiro) e, no que respeita ao associativismo local, os clubes Amadores de Pesca do Barreiro e de Pesca Desportiva da Copacabana e o Grupo Desportivo “O Independente”.

CASCAIS

. Ribeira dos Mochos

O Parque Urbano da Ribeira dos Mochos, localizado numa das principais linhas de água do concelho de Cascais, inaugurado em 2010, ganhou um novo acesso em rampa para pessoas com mobilidade condicionada. Com esta nova facilidade na infraestrutura física do parque, passa a ser possível ligar a Av. Infante D. Henrique à Rua Franquelim Lamas e, desta, à Av. 25 de Abril. Um percurso urbano pedonal com várias valências, marcado pela predominância do verde e que garante, também, a circulação em segurança de todos os cidadãos com mobilidade reduzida.

. Fernando Lopes Graça

Fruto de uma parceria editorial

estabelecida entre a Câmara Municipal de Cascais e a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, foi apresentada no Museu da Música Portuguesa, a obra “Fernando Lopes-Graça e a Presença: Correspondência”, da autoria de Ricardo António Alves e Teresa Cascudo. A obra resulta de uma investigação produzida no âmbito do Programa Praxis XXI – projeto de “Investigação, Edição e Estudos Críticos de Música Portuguesa dos Séculos XVIII a XX”, em que o Museu da Música Portuguesa esteve envolvido e vem enriquecer o conhecimento do trabalho do retratado.

. Apoio ao empreendedorismo



Criadas com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, através da agência municipal DNA Cascais, são 18 as novas empresas emergentes em áreas tão diversas como: turismo, saúde, alimentação, educação, arquitetura, enologia, multimédia, que representam um investimento privado inicial de 1,3 milhões de euros e 71 novos postos de trabalho imediatos. São já 208 as novas empresas DNA, para um investimento de 20,5 milhões de euros e a criação de 500 postos de trabalho.

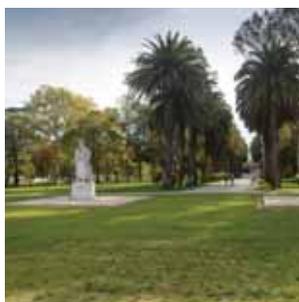
LISBOA

. PDM distinguido

A *International Society of City and Regional Planners (ISO-*

CARP] atribuiu ao Plano Diretor Municipal de Lisboa um prémio de excelência pelo seu caráter inovador, no congresso anual realizado em Brisbane, Austrália. A ISOCARP é uma associação internacional de urbanistas profissionais, fundada em 1965, reconhecida pelas Nações Unidas e pelo Conselho da Europa e com estatuto consultivo na UNESCO. Os ISOCARP Awards for Excellence são atribuídos em reconhecimento de relevante inovação urbana e de iniciativas regionais ou locais que melhor expressem o tema anual do congresso.

. Jardim do Campo Grande



Após obras de requalificação foi reaberto o Jardim do Campo Grande – zona norte – convertido num espaço verde mais atractivo e com maior capacidade de carga para albergar novos usos e novas funções. Uma das novidades deste equipamento municipal consiste no primeiro recinto de recreio canino da cidade de Lisboa. Foram recuperados, também, o lago – elemento central do espaço público – a iluminação pública e a rede de rega.

. Felipe Oliveira Baptista no MUDE

Uma exposição com 130 peças de moda do designer Felipe Oliveira Baptista, diretor criativo da

Lacoste, está patente no MUDE – Museu do Design e da Moda, até ao dia 16 de fevereiro de 2014. A exposição, comissariada por Bárbara Coutinho, é composta por cinco núcleos de peças de vestuário enquadradas num jogo cénico de espelhos, música e vídeo, que patenteia o seu universo caleidoscópico que concorre para a projeção cultural de Portugal no exterior.

LOURES

. Hospital Beatriz Ângelo

A carreira 925 da Rodoviária Nacional – que liga a estação do Metropolitano de Odivelas ao Hospital Beatriz Ângelo – vai passar a percorrer o interior do hospital aos domingos, com viaturas de menores dimensões, permitindo aos utentes do transporte coletivo um acesso mais cómodo e confortável ao HBA. A Câmara Municipal de Loures continuará a trabalhar em conjunto com os operadores de transportes públicos no sentido de garantir à população melhores condições de mobilidade no interior do concelho.

. Cultura na escola



O Arquivo Municipal de Loures está a desenvolver nas escolas do concelho (1º e 2º ciclos e pré-escolar) o projeto

“Aprender com o Arquivo” que tem como objetivo sensibilizar alunos de várias faixas etárias e professores para a importância deste serviço público do município, na salvaguarda da memória coletiva e no conhecimento da história local. Do projeto constam as oficinas temáticas *Escrita com Pena, Historiador por um Dia, Redescobrir o Braço do Concelho de Loures e História da Família/Construção da Árvore Genealógica*.

. Auditoria de gestão

Concretizando uma medida já anunciada em período eleitoral, o presidente da Câmara Municipal de Loures determinou a realização de uma auditoria à gestão do município. Esta avaliação das contas do município, será realizada com os meios próprios da autarquia e com a participação do Revisor Oficial de Contas e incidirá sobre a gestão municipal dos últimos doze anos. Os trabalhos deverão estar concluídos até ao final do mês de fevereiro.

MAFRA

. Escola de armas

O Município de Mafra deliberou congratular-se com a entrada em funcionamento da Escola de Armas, nova unidade do Exército Português agora instalada em Mafra e que resulta do agrupamento das cinco Escolas Práticas existentes no país e do Centro de Educação Física e Desportos. A autarquia espera reforçar a cooperação institucional com a nova estrutura de formação militar inter-armas em vários domínios de atuação, contribuindo também

a sua presença para o desenvolvimento sociocultural do concelho.

. Sustentabilidade fiscal



A edilidade propôs fixar 4,75% da taxa de participação varável no IRS a cobrar em 2014, o que representa menos 0,25% face ao ano anterior. Por seu lado, a taxa municipal de direitos de passagem foi objeto de proposta de isenção. Igualmente isentas de taxa vão estar as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros ou que exerçam atividades estratégicas para o desenvolvimento sustentado. No IMI, mantem-se a taxa de 0,7% para os prédios urbanos não avaliados e é retomada a taxa de 0,5% para os prédios urbanos avaliados.

. Memorial do convento

A Câmara Municipal de Mafra expressou ao Ministério da Educação e Ciência a sua discordância face à substituição do “Memorial do Convento” de José Saramago por outras obras do mesmo autor, após análise da proposta de “Programa e Metas Curriculares de Português, Ensino Secundário”. A autarquia salienta o papel fundamental daquela obra literária na valorização turístico-cultural do Concelho de Mafra.

MOITA

. Isenção da derrama

A Câmara Municipal da Moita aprovou isentar do pagamento de Derrama os pequenos empresários com volume de negócios até 150 mil euros, durante o ano de 2014. Para rendimentos superiores, o valor passa para 1,5%. Por outro lado, a autarquia decidiu manter a taxa do IMI em 0,7% para prédios urbanos atualizados por via da correção monetária ponderada, enquanto para os prédios urbanos novos e transmitidos no domínio do CIMI a taxa mantém-se nos 0.4%.

. Apoios financeiros

A Câmara Municipal decidiu atribuir apoios financeiros ao movimento associativo atendendo à relevância social da sua atividade. O conjunto de subsídios foi concedido ao Grupo de Forcados Amadores do Aposento da Moita, ao Grupo de Forcados Amadores da Moita, ao Clube União Banheirense “O Chinquillo”, ao Clube Amigos do Atletismo da Moita, à União Desportiva e Cultural Banheirense ao Grupo Desportivo Popular do Chão Duro.

. Reabilitação urbana



A autarquia está a proceder à delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana, tendo em vista a implementação do Programa Municipal de Reabilitação Ur-

bana/Moita 2025, apresentado recentemente. Este programa estabelece as bases estratégicas para a reabilitação urbana a desenvolver no concelho nos próximos 13 anos, prevendo intervenções e investimentos integrados para salvaguardar o património edificado e harmonizar o tecido urbano. “Alhos Vedros Centro” é o primeiro espaço urbano a ser delimitado ao abrigo deste conceito.

MONTIJO

. Dar de volta



Está a decorrer a 3ª edição do projeto intermunicipal “Dar de Volta” da Associação de Municípios da Região de Setúbal, executado localmente pela Câmara do Montijo, através da Biblioteca Municipal Giraldes da Silva. A iniciativa consiste na recolha de livros e manuais escolares, já utilizados, que serão entregues gratuitamente a quem deles necessitar. A entrega dos livros, editados a partir do ano 2010/2011, pode ser realizada na Biblioteca Municipal do Montijo ou nos seus polos descentralizados.

. Apoio às famílias

O Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis anunciou que a autarquia do Montijo integra a lista dos municípios portugueses distin-

guidos com o título “Autarquia + Familiarmente Responsável 2013”. Este reconhecimento resulta de um inquérito realizado a nível nacional sobre políticas de família em diversas áreas de atuação envolvendo 98 autarquias.

. Selo de qualidade da água

Foi atribuído o Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano 2013 aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo. O prémio resulta de uma parceria entre a Entidade Reguladora de Águas e Resíduos e o jornal “Água e Ambiente”, com o apoio de outras entidades ligadas ao sector, com o objetivo de evidenciar as entidades prestadoras deste serviço público à população, que no último ano de avaliação regulatória tenham assegurado níveis elevados de qualidade.

ODIVELAS

. Língua portuguesa

Começaram no dia 4 de novembro, na Escola Secundária de Odivelas, as ações de formação em Língua Portuguesa, desenvolvidas no âmbito do Programa Português para Todos (PPT), destinadas aos cidadãos imigrantes com idade igual ou superior a 18 anos, ativos empregados ou desempregados e com a situação regularizada em Portugal. A iniciativa municipal visa facultar o acesso destes cidadãos a um adequado processo de integração na sociedade portuguesa. O conjunto das ações termina em julho de 2014.

. Congresso da ANMP

A presidente da Câmara de Odivelas, Susana Amador, foi eleita Vice-Presidente da Asso-

ciação Nacional dos Municípios Portugueses, no congresso da associação, que decorreu em Santarém. O tema principal do discurso da autarca foi o papel que o Poder Local Democrático teve no desenvolvimento do país, particularmente na área da Educação – Escola Pública, nas quase quatro décadas de regime democrático.

. Plantação de árvores



A Câmara Municipal de Odivelas juntou-se ao grupo Plantar Portugal, e com o apoio do grupo Auchan deu início à plantação de 750 árvores na zona envolvente ao parque dos Bichos, na Paiã, Pontinha. Esta foi uma iniciativa integrada nas comemorações da Semana da Reflorestação Nacional, e que contou com a presença de perto de uma centena de voluntários. Entre as espécies plantadas contam-se Alfarrobeiras, Carvalhos, Sobreiros, Pinheiros, Cedros do Buçaco e Ciprestes.

OEIRAS

. Alunos distinguidos

A Câmara Municipal de Oeiras distinguiu os oito melhores alunos das oito escolas do ensino secundário 2012/2013 existentes no concelho. Esta iniciativa traduz o reconhecimento do município pelo trabalho e dedi-

cação dos alunos, das suas famílias e escolas, materializado pela oferta de computadores portáteis, protagonizada pelos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora.

. Exposição de Jaime Silva



Até 30 de dezembro, o Centro Cultural Palácio do Egípto, em Oeiras, apresenta uma exposição antológica de Jaime Silva, em que são exibidas peças de pintura e desenho desde o início da sua carreira, a estadia em Paris e períodos posteriores.

.Mais estacionamento

Está em construção o parque de estacionamento do Largo Luciano Cordeiro, em Paço de Arcos, onde vão ser criados 85 lugares de estacionamento, a cargo da firma VIASA. Na mesma freguesia, já se encontra a funcionar o Parque dos Navegantes, com 43 lugares de estacionamento; estando prevista ainda a criação de mais 50 lugares no Parque das Amendoeiras. No total estão a ser investidos, pela empresa Parques Tejo, Parqueamentos de Oeiras, cerca de 340 mil euros.

PALMELA

. Rede viária

Iniciaram-se em novembro os trabalhos de beneficiação da estrada que liga o Caminho Mu-

nicipal 1029 e a Circular Norte à Autoeuropa. Adjudicada pelo valor de 491 mil euros, irão qualificar uma via de grande importância pela ligação estruturante ao Parque Industrial da Autoeuropa e à Estação Ferroviária da Penalva.

. Novas exposições

A Galeria da Biblioteca Municipal de Palmela e o Foyer do Auditório Municipal de Pinhal Novo acolheram as exposições, integradas na iniciativa Mês da Fotografia ImaginArte Almada. Em Palmela, Carlos Marques da Silva expôs o trabalho fotográfico “O Mundo é Pequeno”, enquanto em Pinhal Novo, foram expostos o vídeo “Cosmos” de Carlos Ribeiro, e o trabalho de Luis Miranda intitulado “Interior/ exterior, caminhos na aldeia”.

. Comércio com justiça



A Câmara Municipal de Palmela defende a instalação no seu território da secção de comércio do Tribunal da Comarca de Setúbal, face à relevância dos indicadores económicos do município e às boas acessibilidades de que dispõe.

SEIXAL

. Taxas de IMI

A Câmara Municipal deliberou a fixação das taxas do IMI respeitantes ao ano de 2013, atribuindo 0,8% aos prédios rústicos;

0,695% aos prédios urbanos e 0,395% aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Na mesma reunião, o executivo deliberou aplicar uma taxa reduzida de 1,0% às micro e pequenas empresas sediadas no concelho com volume de negócios inferior a 150 mil euros. Para as empresas com volume de negócios superior a este montante a taxa é de 1,5%.

. Incubadora de empresas



Está já disponível o formulário para as empresas interessadas se candidatarem à utilização dos espaços na Incubadora de Empresas Baía do Seixal, posteriormente entregue nos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal. Poderão utilizar este espaço municipal todas as empresas formalmente constituídas há menos de dois anos, com prioridade para as áreas criativas: Inovação, Artes, Turismo, Design, Ambiente, Arquitetura e Tecnologias.

. Polo de música

O polo do Seixal da Escola de Música do Conservatório Nacional, no edifício do Centro de Formação e Recursos, na Mundet, destinado aos alunos que frequentem o 1º ciclo de escolaridade, foi recentemente inaugurado no âmbito de um protocolo de colaboração com a autarquia. O objetivo dos promotores é o de apro-

ximar o ensino especializado da música aos alunos residentes fora da área da grande Lisboa, numa experiência pedagógica com planos aprovados pelo Ministério da Educação.

SESIMBRA

. Taxas de IMI mantêm-se

A Câmara Municipal de Sesimbra decidiu manter as taxas de IMI para 2014, fixando o valor de 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, 25% abaixo do máximo previsto na lei. Também os prédios urbanos não avaliados e os prédios rústicos vão manter as taxas, que se situam nos 0,7 e 0,8%, respetivamente. Os imóveis localizados no Núcleo Antigo de Sesimbra beneficiarão de incentivos entre 10% e 30% consoante o tipo de recuperação a efetuar.

. Pagamento facilitado



A Empark, empresa que gere o estacionamento tarifado na vila de Sesimbra, já implementou um sistema de pagamento por telemóvel, através da aplicação *eos Parking*, que está disponível para iPhone, Android e na internet. Este serviço pode ser utilizado por clientes de todas as operadoras, permitindo a gestão do tempo de estacionamento, através da utilização de um cartão de crédito associado à conta do automobilista, com as ma-

trículas que desejar, tudo numa fatura única enviada posteriormente para o utilizador.

. Hortas solidárias

A Câmara Municipal de Sesimbra aprovou a lista ordenada dos candidatos ao projeto Hortas Solidárias da Quinta do Conde, num total de 148 candidaturas apresentadas. Nesta fase serão distribuídos talhões aos primeiros 55 classificados nas tipologias: familiar, familiar alargada e coletivas, podendo vir a ser atribuídos novos talhões aos candidatos que se encontram nas posições seguintes.

SETÚBAL

. Prevenção da floresta



Uma operação de larga escala de limpeza e beneficiação de caminhos rurais, com recurso a meios militares, para prevenção de incêndios florestais, está a ser promovida pela Câmara de Setúbal no Parque Natural da Arrábida até ao final do 1º trimestre de 2014. A intervenção abrange um total de 16 locais num território rural com 27 km de extensão e decorre ao abrigo de um protocolo de colaboração celebrado entre a autarquia e o Regimento de Engenharia nº 1 do Exército.

. Ninho de empreendedorismo

O NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal

tem como principal objetivo contribuir para a densificação, diversificação e rejuvenescimento da base de atividades económicas do Centro Histórico, através do acolhimento de ações empresariais no sector dos serviços às quais se reconheçam características inovadoras e potencial crescimento. A Câmara Municipal disponibiliza às empresas do NNIES um conjunto de serviços e equipamentos para facilitar a inserção num contexto empresarial adequado.

. Taxas do IMI

A Câmara Municipal aprovou o valor das taxas aplicáveis no âmbito do IMI referentes a 2013. Nos casos dos prédios rústicos a taxa é de 0,8 %, e de 0,5 % e 0,8 %, respetivamente para os prédios urbanos avaliados e não-avaliados. Os centros históricos de Setúbal e Azeitão estão definidos como zonas específicas de tributação, sendo os imóveis alvo de possível majoração ou minoração, em função do seu estado de conservação ou beneficiarem do estatuto de interesse público, de valor municipal ou património cultural.

SINTRA

. Nova escola

Mais de um milhar de crianças já frequenta a nova escola EB 2,3 Visconde Juromenha, situada na Tapada das Mercês, freguesia de Algueirão Mem Martins. O novo edifício, com um custo total de 6.000.000,00 euros, foi implantado na mesma área dos pré-fabricados existentes e tem dois pisos com 2.860 m², integra 26 salas, laboratórios, salas de TIC, EVT, música e educação visual e refeitório.

. Bairros sociais

Os bairros de habitação municipal do Alto do Forte e Campinas I foram alvo de obras de beneficiação e reparação, por parte da Câmara Municipal de Sintra, com um custo total de cerca de 200 mil euros. Em Campinas – Bairro da Xetaria, onde residem 131 famílias, a intervenção incidiu nas coberturas dos edifícios, prevenindo-se para breve a reparação no interior das frações; no bairro do Alto do Forte, onde existem 53 habitações, a intervenção destinou-se a recuperar as zonas comuns de seis edifícios.

. IMI nos 0,39%



A Câmara Municipal de Sintra aprovou para o próximo ano um IMI de 0,39%. Foi aprovada igualmente a fixação de uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados. As PME's do concelho igual ou abaixo de 150 mil euros, serão isentas de derrama. Estas propostas pretendem beneficiar as famílias residentes em Sintra, incentivar a recuperação de imóveis e promover o comércio local.

VILA FRANCA DE XIRA

. Reabilitação urbana

O Executivo Municipal aprovou uma proposta de parceria com o Instituto de Ciências Sociais

da Universidade de Lisboa, para a realização de um estudo técnico de apoio à elaboração de uma estratégia de reabilitação urbana para o concelho de Vila Franca de Xira, com o horizonte temporal de 2014-2020.

. Nova biblioteca



A autarquia aprovou os procedimentos inerentes à aquisição do equipamento de suporte ao funcionamento da nova biblioteca municipal de Vila Franca de Xira, com um custo total na ordem dos 500 mil euros. A nova infraestrutura municipal está a ser edificada à beira-rio, na zona da antiga fábrica de descasque de arroz, no âmbito do Programa Política de Cidades – Polis XXI, prevendo-se a sua abertura no decorrer de 2014.

. Candidatura Europa Nostra

O Município de Vila Franca de Xira, através da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres, irá, no presente ano, candidatar o projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras aos Prémios *Europa Nostra*, na categoria de conservação, visando dar visibilidade ao trabalho de recuperação de uma obra de arquitetura militar ímpar. Estes prémios fazem parte do Programa Europa Cultura., e são atribuídos sob a égide da Comissão Europeia.



O QUE TRAZ DE NOVO A LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO?

O modelo das áreas metropolitanas foi criado através da Lei 44/91, de 2 de agosto, e alterado, sucessivamente, pela Lei n.º 10/2003, de 13 de maio, pela Lei n.º 46/2008, de 27 de agosto e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, esta última em vigor desde 29 de setembro de 2013.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, revogando, por isso, a Lei n.º 46/2008, de 27 de agosto, que estabelecia o regime jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. A primeira novidade é, desde logo, o facto de deixar de existir uma lei específica para estas entidades. A Lei n.º 75/2013, para além disso, engloba as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais em entidades intermunicipais, que são associações de autarquias locais. Porém, atribui à constituição das áreas metropolitanas carácter obrigatório, mantendo-se, por isso, o regime impositivo que cerceia a liberdade associativa dos municípios, um dos corolários da sua autonomia.

Assim, mantêm-se as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto tendo, cada uma delas, a seguinte composição:

- A Área Metropolitana de Lisboa integra os municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.
- A Área Metropolitana do Porto integra os municípios de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa do Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Quanto às atribuições das áreas metropolitanas, encontram-se expressas no art.º 67º da lei, abrangendo:

- A prossecução dos seguintes fins públicos:
 - Participar na elaboração dos planos e programas de investimentos públicos com incidência na área metropolitana;
 - Promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
 - Articular os investimentos municipais de carácter metropolitano;

- Participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
 - Participar, nos termos da lei, na definição de redes de serviços e equipamentos de âmbito metropolitano;
 - Participar em entidades públicas de âmbito metropolitano, designadamente no domínio dos transportes, águas, energia e tratamento de resíduos sólidos;
 - Planear a atuação de entidades públicas de carácter metropolitano.
- Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas: Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
 - Rede de equipamentos de saúde;
 - Rede educativa e de formação profissional;
 - Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
 - Segurança e proteção civil;
 - Mobilidade e transportes;
 - Redes de equipamentos públicos;
 - Promoção do desenvolvimento económico e social;
 - Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.
 - Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.
 - Designar os representantes municipais em entidades públicas ou entidades empresariais sempre que tenham natureza metropolitana.

Ora, mais uma vez, a atual lei limita a intervenção metropolitana à “participação”, “promoção” e “articulação”. Não existe um elenco claro de atribuições próprias de cariz metropolitano, sobretudo ao nível da decisão no domínio do planeamento do território e das infraestruturas com relevância metropolitana.

No que se refere aos órgãos das áreas metropolitanas, o artigo 68º prevê a existência de:

Conselho Metropolitano – Órgão deliberativo constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a área metropolitana.

Comissão Executiva Metropolitana – Órgão executivo constituído por um primeiro-secretário e por quatro secretários metropolitanos. A lista ordenada dos candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana é aprovada pelo Conselho Metropolitano e submetida a votação nas assembleias municipais dos municípios que integram a área metropolitana.

Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano –

Órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da área metropolitana. É constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses metropolitanos, cabendo ao conselho metropolitano deliberar sobre a sua composição em concreto.

Na lei anterior, o órgão composto pelos presidentes de câmara municipal denominava-se junta metropolitana e era o órgão executivo. A presente lei atribui competências executivas à comissão executiva. Ou seja, para além de o atual figurino legal não aproveitar a oportunidade, prevista no artigo 236º da Constituição da República Portuguesa, para poderem existir outras formas de organização territorial autárquica nas grandes áreas urbanas, ou seja, verdadeiras autarquias metropolitanas, com legitimidade democrática própria resultante da eleição direta e universal dos seus órgãos, como tem sido defendido, ao longo dos anos, pelos sucessivos órgãos metropolitanos, ainda prejudica mais a legitimidade democrática do que os regimes anteriores, pois os membros do órgão executivo deixam de ter um mandato conferido diretamente pelas populações.

De referir também que a participação das assembleias municipais que, no anterior modelo elegiam, entre os seus membros, uma assembleia metropolitana, órgão deliberativo da área metropolitana extinto pela atual lei, vê-se agora reduzida a um mero ato eleitoral para a comissão executiva metropolitana.

No que se refere às competências dos órgãos das áreas metropolitanas, algumas delas são passíveis de conflitar com o âmbito de atuação municipal. Bom exemplo disso é uma das competências previstas para a comissão executiva (alínea j) do artigo 76º), a quem compete elaborar e apresentar, ao conselho metropolitano, propostas de harmonização no domínio dos poderes tributários dos municípios. Acresce, a esta competência, a conjugação com o n.º 1 do art.º 105º, que refere que as deliberações dos órgãos das entidades intermunicipais vinculam os municípios que as integram, norma que, aliás, já vem da anterior lei.

Para terminar, aquela que pode ser considerada a maior novidade de todas deste novo regime jurídico surge precisamente no art.º 105º, nos números 2 e 3. Se, até aqui, todas as deliberações do órgão composto pelos presidentes de câmara, agora denominado conselho metropolitano, eram tomadas por “uma câmara, um voto”, esta lei introduz a variável do número de eleitores de cada município. Assim, as deliberações consideram-se aprovadas quando pelo menos metade dos membros votem favoravelmente, ou seja, aplicando-se a regra “uma câmara um voto”, e cumulativamente esses votos favoráveis representem mais de metade do total de eleitores da área metropolitana. O voto de cada membro é representativo do número de eleitores do município a cuja câmara municipal preside.

HORIZONTES PARA UMA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA

A Conferência realizou-se no quadro dos desafios que se colocam atualmente às áreas metropolitanas



A Área Metropolitana de Lisboa promoveu, com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), no Auditório da estação de metropolitano do Alto dos Moinhos, a Conferência “Horizontes para uma Área Metropolitana de Lisboa – inteligente, sustentável e inclusiva”.

A Conferência realizou-se no quadro dos desafios que se colocam atualmente às áreas metropolitanas a vários níveis (social, económico, administrativo, etc.), para os quais é necessário perspetivar e cenarizar o desenvolvimento sustentável. Visou promover as boas práticas em diferentes domínios, como estímulo ao debate sobre as potencialidades e transformações induzidas nas diversas dinâmicas da AML, quer pela conjuntura, quer pelos cenários expectáveis, para estimular a criação de uma plataforma ativa de reflexão sobre a Visão Estratégica para a AML.

Esta conferência decorreu no âmbito dos trabalhos do Centro para a Sustentabilidade Metropolitana, uma iniciativa da Área Metropolitana de Lisboa em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. O Centro dispõe de três valências:

- O Observatório para a Sustentabilidade Metropolitana, uma ferramenta de apoio à gestão e decisão sobre a sustentabilidade metropolitana, através da criação de um sistema de indicadores e de uma base de dados georreferenciada que organize a vasta informação do território da AML;
- A Agenda 21 Metropolitana – um instrumento de política e gestão que visa a implementação de um processo de Agenda 21 à escala metropolitana;
- A Universidade para a Sustentabilidade Metropolitana, que tem desenvolvido ações de formação para técnicos municipais, visando o aprofundamento de conhecimentos e novas metodologias na área da sustentabilidade em territórios metropolitanos.





Paralelamente, realizaram-se três fóruns participativos ao longo de 2012 e 2013, com diversos actores (académicos, especialistas de diversas áreas, representantes de organismos desconcentrados da Administração Central, etc.), que tiveram, como objetivo, refletir as diferentes dimensões da governância metropolitana, nomeadamente no que se refere à sua constituição; as suas competências/financiamentos e à inter-relação que estabelece entre os diferentes níveis da administração. Os relatórios destes fóruns estão disponíveis online em: <http://www.csm-aml.net/#!a21m/vstc3=fórum-metropolitano>.

Estas sessões permitiram confirmar a posição histórica da Junta Metropolitana de Lisboa em relação à necessidade de legitimar os órgãos metropolitanos através de eleição direta pelos munícipes, e de dotar as áreas metropolitanas com competências próprias e recursos financeiros adequados. Por outro lado, permitiram identificar diversas temáticas transversais e centrais para a sustentabilidade que poderão ser melhor geridas atuando à escala metropolitana - o ambiente e o ordenamento do território, mobilidade e transportes, segurança e proteção civil, redes de infraestruturas e equipamentos, economia, competitividade e atração de investimento – as quais foram debatidas nos vários painéis da Conferência Horizontes.

A Sessão de Abertura da Conferência contou com a presença do então Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Carlos Humberto de Carvalho, e do Presidente do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT-UNL, João Farinha, em representação do Diretor da FCT/UNL.

Durante os dois dias da Conferência, que contou com cerca de 320 participantes, foram abordados, por especialistas das respetivas áreas, os seguintes temas-chave para o futuro da Área Metropolitana de Lisboa: Ambiente e Ordenamento do Território (Habitação, Urbanismo e Inovação Social); Mobilidade e Transportes; Segurança e Proteção Civil; Redes de Infraestruturas e Equipamentos; Ambiente e Ordenamento do Território (Alterações Climáticas, Riscos e Biodiversidade); e Economia, competitividade e atração de investimento, estando as apresentações disponíveis em www.aml.pt.

No primeiro dia, no painel sobre Ambiente e Ordenamento do Território (Habitação, Urbanismo e Inovação Social), moderado por Luís Grave (Vice-Presidente AUP) e João Guerra (ICS-UL), participaram João Cabral (FA-UTL), Isabel Loupa Ramos (IST), Jorge Malheiros (IGOT-UL), Teresa Duarte (CM Lisboa), Lucinda Fonseca (Diretora IGOT-UL), Ana Estevens (IGOT-UL) e Manuel Pisco (Vereador da CM Setúbal).

O painel sobre Mobilidade e Transportes, que foi moderado por Joaquim Santos (à data Coordenador do Grupo Vereadores da Mobilidade e Transportes da AML), teve a participação de Nuno Marques da Costa (IGOT-UL - Núcleo Investigação MOPT), João Figueira de Sousa (FCSH-UNL), Germano Martins (Presidente do Conselho Executivo da AMTL) e Rui Lopo (Vereador da CM Barreiro).

O painel dedicado à Segurança e Proteção Civil, moderado por António Lopes (Coordenador do Núcleo Investigação CliMA-CEG), contou com

a participação de Carlos Mendes (Diretor da Unidade de Planeamento da ANPC).

No segundo dia de conferência, o painel sobre Redes de Infraestruturas e Equipamentos, moderado por Rui Florentino (AUP-CESUR IST), contou com as intervenções de José Manuel Simões (IGOT-UL), Ana Silveira (FCT-UNL), Pedro Mano (FCT-UNL) e Maria do Céu Almeida (LNEC).

Para convidar à reflexão sobre Ambiente e Ordenamento do Território (Alterações Climáticas, Riscos e Biodiversidade) participaram, no painel moderado por Maria Graça Saraiva (FA-UL), Susana Fonseca (Quercus), Filipe Duarte Santos (FC-UL), José Luís Zêzere (IGOT-UL), Ângela Ferreira e Manuel Vilaverde (CM Loures) e Catarina Freitas (CM Almada). No painel sobre Economia, competitividade e atração de investimento, moderado por Rui Santos (FCT-UNL), fizeram as suas intervenções Isabel Caetano (COTEC Portugal e INDEG-IUL), Luís Brites Pereira (Nova School of Business and Economics), Rita Seabra (Coordenadora Executiva do Programa Valorizar) e Marco Fernandes (Diretor Executivo do DNACascais).

No final de cada dia realizou-se uma mesa redonda, onde convidados e o público puderam refletir e debater sobre os temas abordados durante o dia. Este formato veio permitir ao público participar ativamente em todas as apresentações e no debate final.

No primeiro dia, os convidados para a mesa redonda foram Teresa Barata Salgueiro - moderadora (IGOT-UNL), Fernanda do Carmo (CCDR-LVT), José Antunes Ferreira (NUA-CESUR-IST), Paulo Correia (Diretor-

-Geral do Território), Victor Campos (LNEC) e Augusto Mateus (Augusto Mateus & Associados), que debateram o horizonte e o contexto metropolitano.

Já no segundo dia, a moderação da mesa redonda esteve a cargo de José Carlos Ferreira (Professor da FCT-UNL, coordenador do projeto CSM), e teve a participação de Nuno Portas (Presidente da EUROPAN Portugal), Diogo Abreu (CEG-UL) e Margarida Pereira (FCSH-UNL), que debateram o horizonte e o contexto metropolitano no quadro das temáticas ancoradas às perspetivas de sustentabilidade, exploradas e desenvolvidas pelo projeto Centro para a Sustentabilidade Metropolitana (www.csm-aml.net).

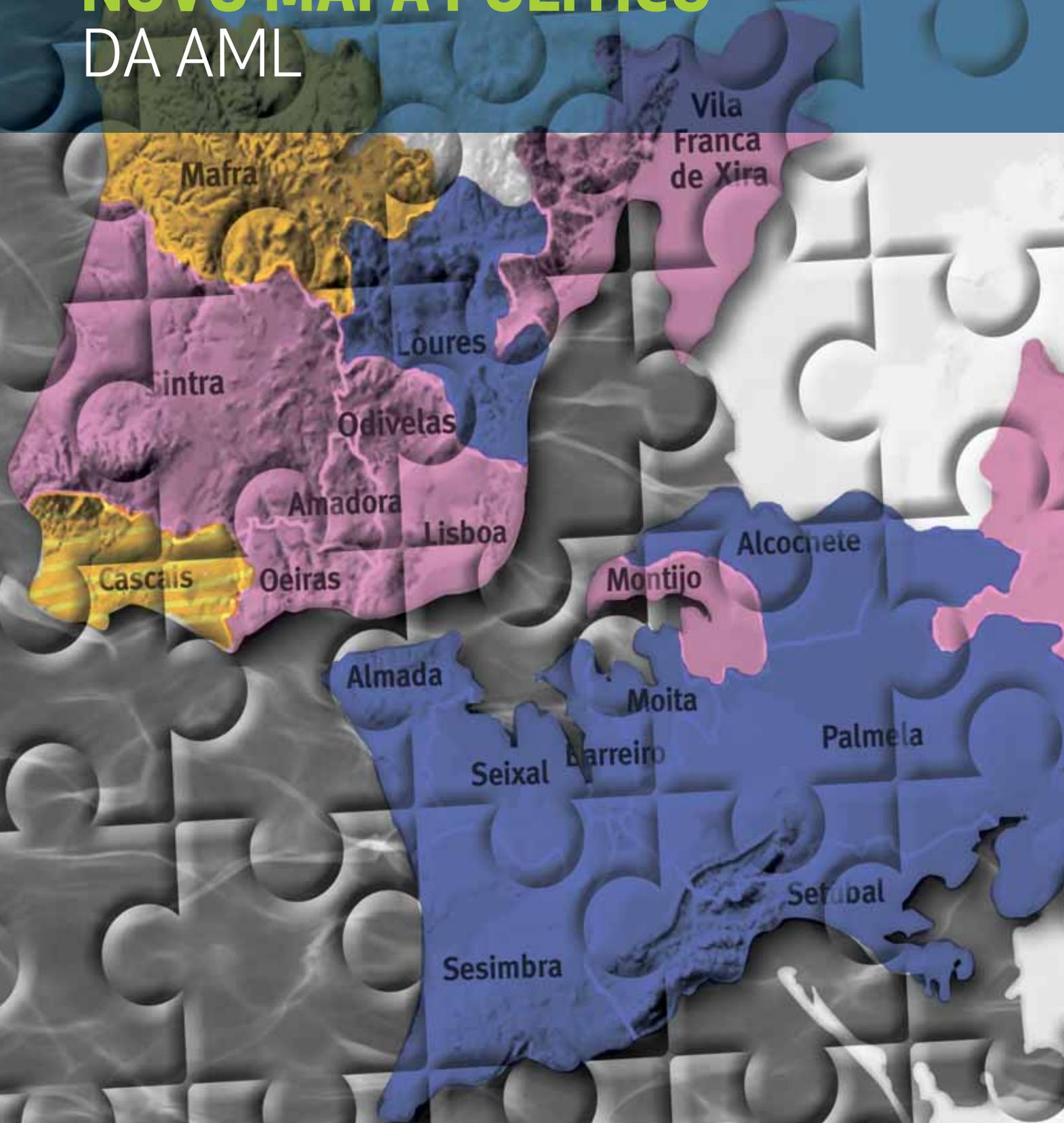
A Sessão de Encerramento contou, também, com a presença do Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Carlos Humberto de Carvalho, e do Secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro.

Durante a conferência esteve exposto o Guia de Projetos de Boas Práticas de Sustentabilidade da AML, em versão digital. Está previsto a disponibilidade da sua versão final no site da AML. Este guia é um produto do CSM, que integra 144 projetos de boas práticas selecionados pelos municípios da AML.

Pretende-se, com este guia, reunir uma base de dados de projetos de boas práticas de sustentabilidade que possam ser replicados em outros municípios. No final está disponível uma metodologia para a sua avaliação.



NOVO MAPA POLÍTICO DA AML



As eleições autárquicas de final de setembro trouxeram mudanças visíveis em todo o País e também na Área Metropolitana de Lisboa. Ao contrário das de outubro de 2009, em que as mesmas forças políticas tinham permanecido à frente das dezoito câmaras, sendo reeleitos os mesmos Presidente e Vice-Presidentes da Junta Metropolitana, desta vez houve alterações: a coligação CDU (PCP/PEV) manteve todas as suas câmaras e conquistou mais uma, a de Loures - que o PS perdeu, ganhando a de Sintra à coligação PPD-PSD/CDS-PP/MPT. Sendo assim, a CDU reforçou a sua maioria em termos de presidências de câmaras, passando para nove; o PS mantém o número de seis, o PSD mantém a de Mafra e, em coligação com o CDS, a de Cascais; em Oeiras, permanece o movimento Isaltino, Oeiras Mais À Frente (IOMAF). À semelhança do que sucedera em 2009, também agora os níveis de abstenção na AML são mais elevados do que a média nacional, que foi de 41,1%.

Falando do papel desempenhado nestas eleições pelos movimentos de independentes, é o caso de Sintra que se revela especialmente significativo na Área Metropolitana de Lisboa. A coligação PSD/CDS, que em 2009 conseguira, com 45,25% dos votos, reeleger o seu Presidente Fernando Seara, desta vez apostou num candidato que não foi reconhecido pela maioria do seu eleitorado, deixando espaço para uma repartição em quatro direções principais: Basílio Horta foi eleito pelos votos do PS (26,84%), logo a seguir ficou o Movimento Sintrenses com Marco Almeida (ex-Vice de Fernando Seara), com 25,45%, depois a coligação perdedora, com 13,79%, e por fim a CDU, com 12,50%. As duas vitórias com mais acentuada subida de percentagem de votos foram a da CDU em Loures, que elegeu Bernardino Soares com 34,85% (22,96% em 2009), registando o PS uma descida de 48,16% para 31,25%; e a do PS em Lisboa, que reelegeru António Costa com 51,16% (44,01% há quatro anos).

Por contraste, há vitórias em que o partido vencedor não sobe e fica menos destacado em relação ao seu concorrente mais próximo. Foi assim no Montijo, em que o PS mantém a presidência com 28,61% dos votos (mas tendo descido dos 48,74% de 2009), seguido de perto pela CDU, que subiu para 26,02%, dos 15,85% de há quatro anos; em terceiro lugar continua o PSD, com 25,22%. Foi também assim em Vila Franca de Xira, que o PS mantém com 37,86% (descendo de 43,98%), seguido pela CDU, que subiu para 30,66%, dos seus 23,88% de 2009. Em Odivelas o PS subiu para 39,50% (de 37,61%) e a CDU para 21,39% (de 20,17%), mantendo assim a sua distância relativa; a novidade, neste caso, é que PSD e CDS foram a votos separados, ao contrário de 2009, e nem o PSD sozinho, com 18,36%, conseguiu manter o segundo lugar.

Neste ano foi alterada a prática das eleições anteriores, em que PSD e CDS foram em coligação nos concelhos da margem norte (a Grande Lisboa), à exceção de Loures e Mafra, e separados nos da margem sul (Península de Setúbal), à exceção do Montijo.

Além do caso de Odivelas, já citado, também em Oeiras, Montijo e Vila Franca de Xira esta coligação não existiu, ao contrário dos casos de Palmela e Setúbal, em que desta vez PSD e CDS foram juntos e ocuparam o terceiro lugar, mas sem ameaçarem nem mesmo o segundo, ocupado pelo PS.

Como já foi referido e é visível no mapa, a CDU reforçou a sua presença passando de oito para nove câmaras, o PS manteve seis câmaras, o PPD-PSD perdeu uma passando a deter duas câmaras e o IOMAF manteve a CM Oeiras. Com a norma da representatividade do número de eleitores introduzida pelos n.os 2 e 3 do artigo 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios da CDU representam 33% dos eleitores da AML, os do PS 51%, os do PPD-PSD 10% e os do IOMAF 6%.

ALCOCHETE – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Miguel Boieiro (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Sérgio Miguel Pratas Duarte (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Luís Miguel Carraça Franco (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

José Luís dos Santos Alfélua (CDU - PCP/PEV)

Susana Isabel Freitas Custódio (CDU - PCP/PEV)

Jorge Manuel Pereira Giro (CDU - PCP/PEV)

Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres (CDU - PCP/PEV)

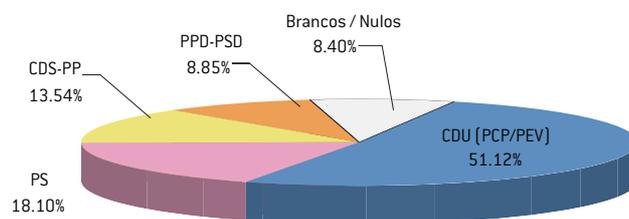
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento (PS)

Vasco André Marques Pinto (CDS-PP)



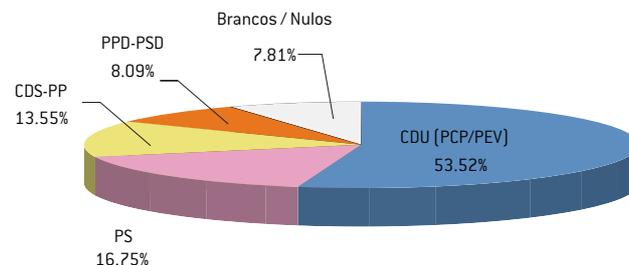
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|-------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 3.663 | 51.12% | 12 |
| PS | 1.297 | 18.10% | 4 |
| CDS-PP | 970 | 13.54% | 3 |
| PPD-PSD | 634 | 8.85% | 2 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|-------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 3.835 | 53.52% | 5 |
| PS | 1.200 | 16.75% | 1 |
| CDS-PP | 971 | 13.55% | 1 |
| PPD-PSD | 580 | 8.09% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

ALMADA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

José Manuel Maia Nunes de Almeida (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Elisabete Peres Pereira (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Joaquim Estêvão Miguel Judas (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

José Manuel Raposo Gonçalves (CDU - PCP/PEV)

Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU - PCP/PEV)

António José de Sousa Matos (CDU - PCP/PEV)

Rui Jorge Palma de Sousa Martins (CDU - PCP/PEV)

Mara Andreia Gonçalves Figueiredo Vitorino (CDU - PCP/PEV)

Joaquim António da Silva Gomes Barbosa (PS)

Francisca Luís Baptista Parreira (PS)

Vitor Manuel dos Santos Castanheira (PS)

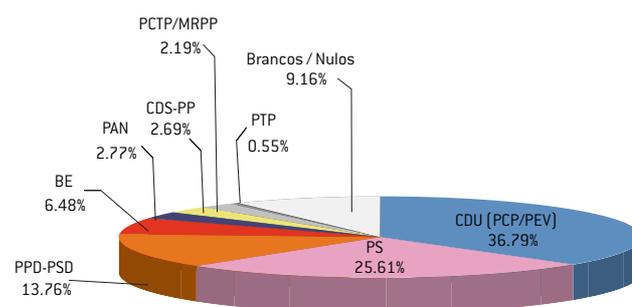
António José Pinho Gaspar Neves (PPD-PSD)

Francisco Miguel Pereira Cardina (PPD-PSD)



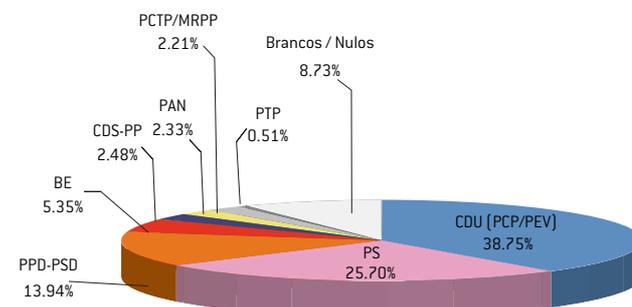
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 22.288 | 36.79% | 14 |
| PS | 15.518 | 25.61% | 10 |
| PPD-PSD | 8.334 | 13.76% | 5 |
| BE | 3.925 | 6.48% | 2 |
| PAN | 1.676 | 2.77% | 1 |
| CDS-PP | 1.632 | 2.69% | 1 |
| PCTP/MRPP | 1.327 | 2.19% | |
| PTP | 331 | 0.55% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 23.479 | 38.75% | 6 |
| PS | 15.574 | 25.70% | 3 |
| PPD-PSD | 8.446 | 13.94% | 2 |
| BE | 3.244 | 5.35% | |
| CDS-PP | 1.504 | 2.48% | |
| PAN | 1.409 | 2.33% | |
| PCTP/MRPP | 1.337 | 2.21% | |
| PTP | 308 | 0.51% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

AMADORA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Joaquim Moreira Raposo (PS)

1º Secretário

Luis Miguel Rodrigues Costa (PS)

2º Secretário

António Miguel da Silva Figueiredo Lourenço (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Carla Maria Nunes Tavares (PS)

Mandatos Atribuídos

Gabriel Alexandre Martins Lorena de Oliveira (PS)

Rita Mafalda Nobre Borges Madeira (PS)

Eduardo Amadeu Silva Rosa (PS)

Cristina Maria Rico Farinha Ferreira (PS)

António José da Silva Moreira (PS)

José Agostinho Marques (PS)

Francisco José Santana Nunes dos Santos (CDU - PCP/PEV)

Sónia Cristina Catarino Baptista (CDU - PCP/PEV)

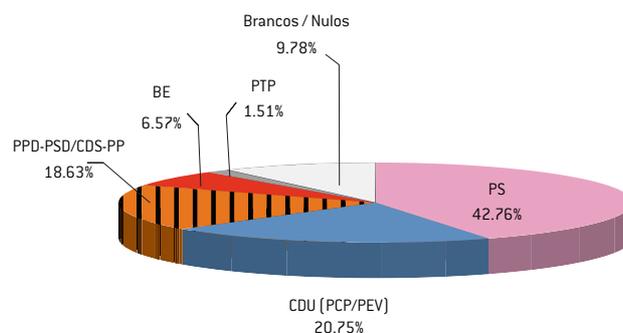
Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva (PPD-PSD/CDS-PP)

Filipe Eduardo Miranda Ferreira (PPD-PSD/CDS-PP)



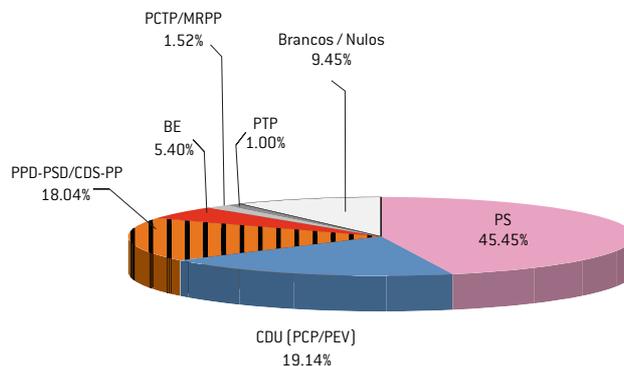
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| PS | 25.622 | 42.76% | 16 |
| CDU (PCP/PEV) | 12.434 | 20.75% | 8 |
| PPD-PSD/CDS-PP | 11.162 | 18.63% | 7 |
| BE | 3.939 | 6.57% | 2 |
| PTP | 904 | 1.51% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| PS | 27.204 | 45.45% | 7 |
| CDU (PCP/PEV) | 11.458 | 19.14% | 2 |
| PPD-PSD/CDS-PP | 10.798 | 18.04% | 2 |
| BE | 3.231 | 5.40% | |
| PCTP/MRPP | 909 | 1.52% | |
| PTP | 599 | 1.00% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

BARREIRO - Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Frederico Fernandes Pereira (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Vítor Manuel Batista Ribeiro dos Santos (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

Ana Maria Rodrigues Gomes da Silva (PS)

Presidente da Câmara Municipal

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

Sofia Amaro Martins (CDU - PCP/PEV)

Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro (CDU - PCP/PEV)

Rui Pedro Gaspar Lopo (CDU - PCP/PEV)

Sónia Isabel Oliveira Lobo (CDU - PCP/PEV)

Bruno Jorge Viegas Vítorino [PPD-PSD]

Luís Filipe Pimenta Ferreira [PS]

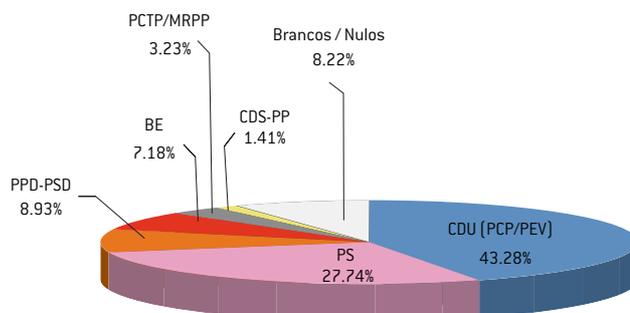
Marcelo Correia de Sousa Moniz [PS]

Joana Rita Falua Branco [PS]



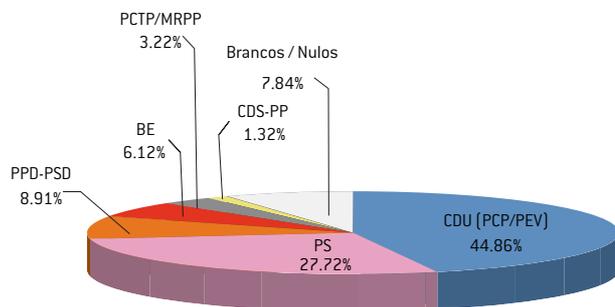
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 13.864 | 43.28% | 14 |
| PS | 8.887 | 27.74% | 8 |
| PPD-PSD | 2.861 | 8.93% | 2 |
| BE | 2.300 | 7.18% | 2 |
| PCTP/MRPP | 1.034 | 3.23% | 1 |
| CDS-PP | 453 | 1.41% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 14.374 | 44.86% | 5 |
| PS | 8.882 | 27.72% | 3 |
| PPD-PSD | 2.855 | 8.91% | 1 |
| BE | 1.962 | 6.12% | |
| PCTP/MRPP | 1.031 | 3.22% | |
| CDS-PP | 424 | 1.32% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

CASCAIS- Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

António de Magalhães Pires de Lima (PPD-PSD/CDS-PP)

1º Secretário

Gabriel Côte-Real de Carvalho Goucha (PPD-PSD/CDS-PP)

2º Secretário

Zélia Maria Chaves Cunha Correia (PS)

Presidente da Câmara Municipal

Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras (PPD-PSD/CDS-PP)

Mandatos Atribuídos

Miguel Martinez de Castro Pinto Luz (PPD-PSD/CDS-PP)

Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PPD-PSD/CDS-PP)

Frederico Manuel Pinho de Almeida (PPD-PSD/CDS-PP)

Nuno Francisco Piteira Lopes (PPD-PSD/CDS-PP)

Paula Alexandra Alves Mateus Ferreira Dias Gomes da Silva (PPD-PSD/CDS-PP)

João Carlos Lombo da Silva Cordeiro (PS)

Alexandre Martins Machado Sargento (PS)

Maria Teresa Peres Dominguez Rodrigues Gago (PS)

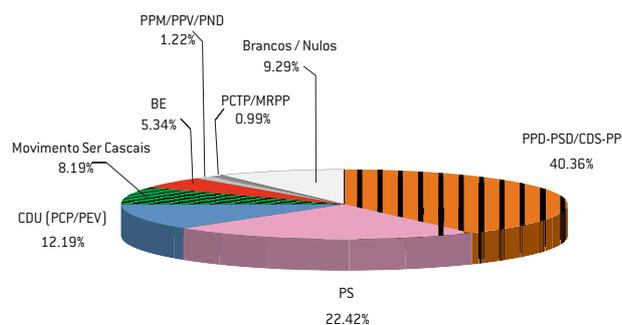
Clemente Alves (CDU - PCP/PEV)

Maria Isabel Cabral de Magalhães (Movimento Ser Cascais)



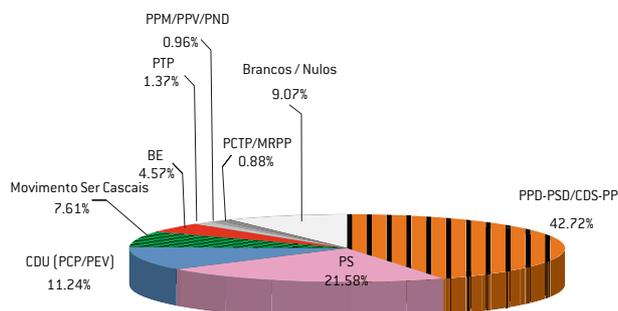
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-----------------------|--------|--------|----------|
| PPD-PSD/CDS-PP | 26.456 | 40.36% | 16 |
| PS | 14.696 | 22.42% | 8 |
| CDU (PCP/PEV) | 7.989 | 12.19% | 4 |
| Movimento Ser Cascais | 5.371 | 8.19% | 3 |
| BE | 3.497 | 5.34% | 2 |
| PPM/PPV/PND | 798 | 1.22% | |
| PCTP/MRPP | 648 | 0.99% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-----------------------|--------|--------|----------|
| PPD-PSD/CDS-PP | 28.005 | 42.72% | 6 |
| PS | 14.143 | 21.58% | 3 |
| CDU (PCP/PEV) | 7.366 | 11.24% | 1 |
| Movimento Ser Cascais | 4.986 | 7.61% | 1 |
| BE | 2.997 | 4.57% | |
| PTP | 901 | 1.37% | |
| PPM/PPV/PND | 629 | 0.96% | |
| PCTP/MRPP | 577 | 0.88% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

LISBOA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (PS)

1º Secretário

José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão (PS)

2º Secretário

Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra (PPD-PSD/CDS-PP/MPT)

Presidente da Câmara Municipal

António Luís Santos Costa (PS)

Mandatos Atribuídos

Fernando Medina Maciel Almeida Correia (PS)

Paula Cristina Coelho Marques Barbosa Correia (PS)

Manuel Sande e Castro Salgado (PS)

José Paixão Moreira de Sá Fernandes (PS)

Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto (PS)

José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro (PS)

João Carlos da Silva Afonso (PS)

Graça Maria Fonseca Caetano Gonçalves (PS)

Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo (PS)

Carlos Manuel de Brito de Castro (PS)

Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara

(PPD-PSD/CDS-PP/MPT)

Teresa de Andrade Leal Coelho (PPD-PSD/CDS-PP/MPT)

António Manuel Pimenta Prôa (PPD-PSD/CDS-PP/MPT)

João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira

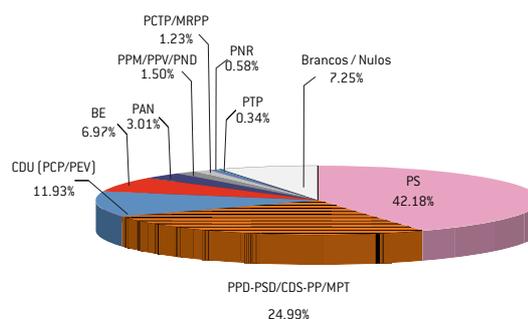
(PPD-PSD/CDS-PP/MPT)

João Manuel Peixoto Ferreira (CDU - PCP/PEV)

Carlos Artur Ferreira de Moura (CDU - PCP/PEV)

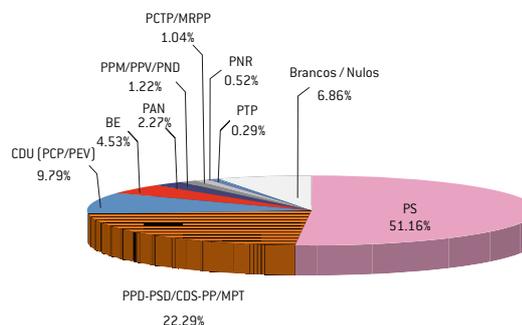
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|--------------------|--------|--------|----------|
| PS | 96.676 | 42.18% | 25 |
| PPD-PSD/CDS-PP/MPT | 57.262 | 24.99% | 14 |
| CDU (PCP/PEV) | 27.343 | 11.93% | 7 |
| BE | 15.971 | 6.97% | 4 |
| PAN | 6.889 | 3.01% | 1 |
| PPM/PPV/PND | 3.445 | 1.50% | |
| PCTP/MRPP | 2.814 | 1.23% | |
| PNR | 1.319 | 0.58% | |
| PTP | 774 | 0.34% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|--------------------|---------|--------|----------|
| PS | 117.257 | 51.16% | 11 |
| PPD-PSD/CDS-PP/MPT | 51.085 | 22.29% | 4 |
| CDU (PCP/PEV) | 22.446 | 9.79% | 2 |
| BE | 10.392 | 4.53% | |
| PAN | 5.195 | 2.27% | |
| PPM/PPV/PND | 2.804 | 1.22% | |
| PCTP/MRPP | 2.386 | 1.04% | |
| PNR | 1.181 | 0.52% | |
| PTP | 676 | 0.29% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

LOURES – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Fernanda Maria Cardoso Santos (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Sara Raquel Bordalo Gonçalves (PPD-PSD/MPT/PPM)

2º Secretário

Mário Rui Pedroso Pina (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Bernardino José Torrão Soares (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

Paulo Jorge Piteira Leão (CDU - PCP/PEV)

Maria Eugénia Cavalheiro Coelho (CDU - PCP/PEV)

António Manuel Pombinho Costa Guilherme (CDU - PCP/PEV)

Tiago Farinha Matias (CDU - PCP/PEV)

Fernando José da Costa (PPD-PSD/MPT/PPM)

Nuno Miguel Ribeiro de Vasconcelos Botelho (PPD-PSD/MPT/PPM)

João Luís Costa Nunes (PS)

Ricardo Jorge Colaço Leão (PS)

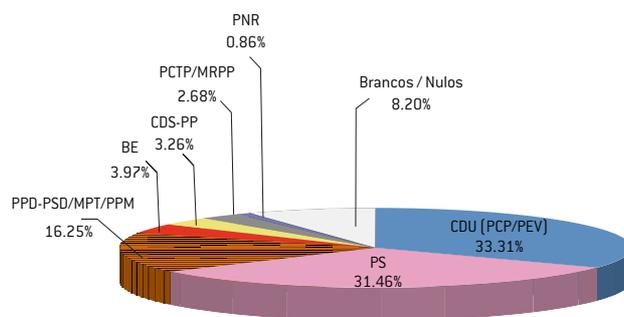
Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes (PS)

Ricardo Jorge Monteiro Lima (PS)



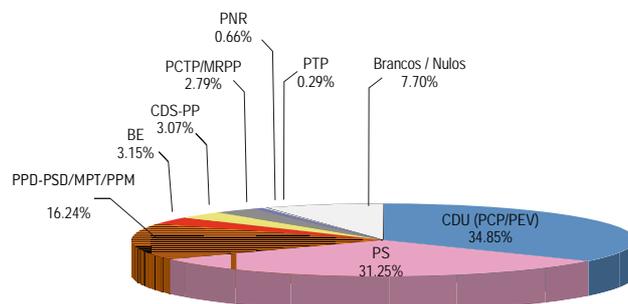
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-----------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 27.399 | 33.31% | 12 |
| PS | 25.872 | 31.46% | 12 |
| PPD-PSD/MPT/PPM | 13.365 | 16.25% | 6 |
| BE | 3.267 | 3.97% | 1 |
| CDS-PP | 2.684 | 3.26% | 1 |
| PCTP/MRPP | 2.207 | 2.68% | 1 |
| PNR | 705 | 0.86% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-----------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 28.665 | 34.85% | 5 |
| PS | 25.701 | 31.25% | 4 |
| PPD-PSD/MPT/PPM | 13.361 | 16.24% | 2 |
| BE | 2.594 | 3.15% | |
| CDS-PP | 2.523 | 3.07% | |
| PCTP/MRPP | 2.298 | 2.79% | |
| PNR | 542 | 0.66% | |
| PTP | 238 | 0.29% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

MAFRA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

José Alves Bizarro Duarte (PPD-PSD)

1º Secretário

Américo José de Oliveira Peralta (PPD-PSD)

2º Secretário

José António Petulante Parente (PPD-PSD)

Presidente da Câmara Municipal

Hélder António Guerra de Sousa Silva (PPD-PSD)

Mandatos Atribuídos

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (PPD-PSD)

Aldevina Maria Machado Rodrigues (PPD-PSD)

Hugo Manuel Moreira Luís (PPD-PSD)

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (PPD-PSD)

Elísio Costa Santos Summavielle (PS)

Sérgio Alberto Marques dos Santos (PS)

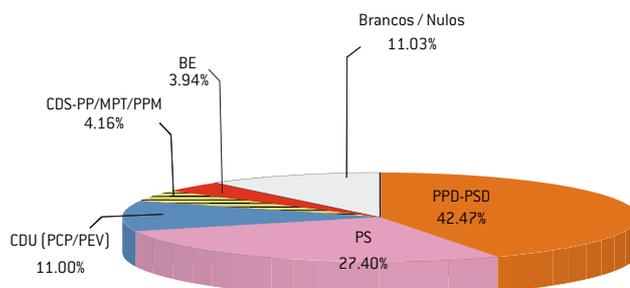
Maria Antonieta Mendes Lourenço (PS)

Rogério Monteiro da Costa (CDU - PCP/PEV)



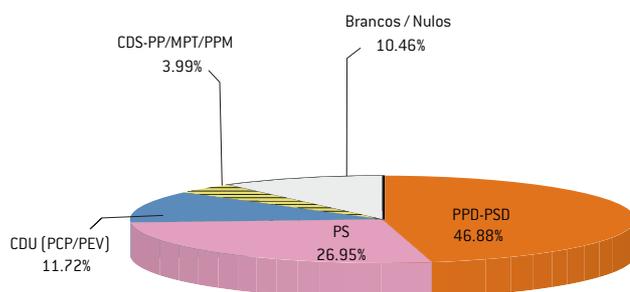
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| PPD-PSD | 12.732 | 42.47% | 13 |
| PS | 8.213 | 27.40% | 9 |
| CDU (PCP/PEV) | 3.298 | 11.00% | 3 |
| CDS-PP/MPT/PPM | 1.248 | 4.16% | 1 |
| BE | 1.182 | 3.94% | 1 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| PPD-PSD | 14.053 | 46.88% | 5 |
| PS | 8.079 | 26.95% | 3 |
| CDU (PCP/PEV) | 3.515 | 11.72% | 1 |
| CDS-PP/MPT/PPM | 1.195 | 3.99% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

MOITA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

João Manuel de Jesus Lobo (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Rui Manuel Marques Garcia (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

Daniel Vaz Figueiredo (CDU - PCP/PEV)

Vívina Maria Semedo Nunes (CDU - PCP/PEV)

Miguel Francisco Amoêdo Canudo (CDU - PCP/PEV)

João Miguel da Silva Romba (CDU - PCP/PEV)

Manuel Galvoeira Borges (PS)

Vítor Simão Duarte (PS)

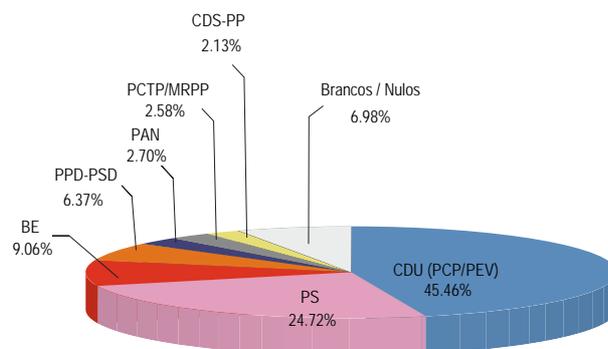
Márcia Rafaela Cadete dos Santos (PS)

Joaquim Inácio Raminhos Cabaça (BE)



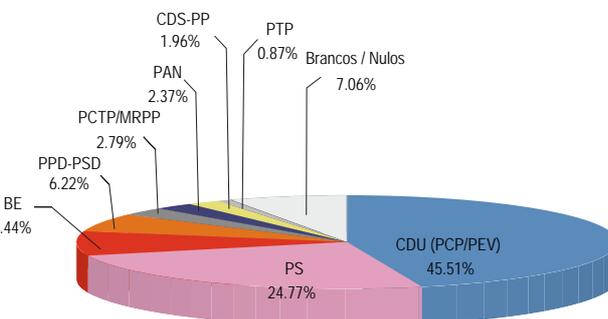
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 10.902 | 45.46% | 15 |
| PS | 5.928 | 24.72% | 8 |
| BE | 2.174 | 9.06% | 2 |
| PPD-PSD | 1.527 | 6.37% | 2 |
| PAN | 647 | 2.70% | |
| PCTP/MRPP | 619 | 2.58% | |
| CDS-PP | 512 | 2.13% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 10.922 | 45.51% | 5 |
| PS | 5.944 | 24.77% | 3 |
| BE | 2.026 | 8.44% | 1 |
| PPD-PSD | 1.493 | 6.22% | |
| PCTP/MRPP | 669 | 2.79% | |
| PAN | 569 | 2.37% | |
| CDS-PP | 470 | 1.96% | |
| PTP | 209 | 0.87% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

MONTIJO - Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Maria Amélia Macedo Antunes (PS)

1º Secretário

Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu (PS)

2º Secretário

Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa (PS)

Presidente da Câmara Municipal

Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta (PS)

Mandatos Atribuídos

José Francisco dos Santos (PS)

Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU - PCP/PEV)

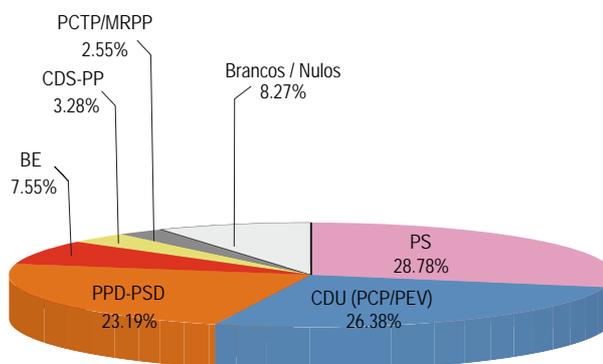
Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU - PCP/PEV)

Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares (PPD-PSD)

Pedro Nuno da Silva Vieira (PPD-PSD)

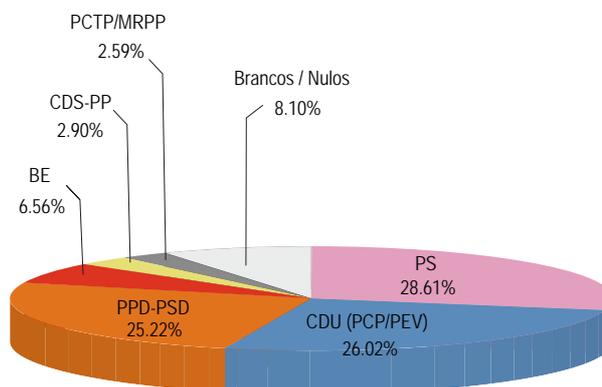
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|-------|--------|----------|
| PS | 4.756 | 28.78% | 7 |
| CDU (PCP/PEV) | 4.359 | 26.38% | 6 |
| PPD-PSD | 3.833 | 23.19% | 6 |
| BE | 1.248 | 7.55% | 2 |
| CDS-PP | 542 | 3.28% | |
| PCTP/MRPP | 421 | 2.55% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|-------|--------|----------|
| PS | 4.729 | 28.61% | 3 |
| CDU (PCP/PEV) | 4.300 | 26.02% | 2 |
| PPD-PSD | 4.168 | 25.22% | 2 |
| BE | 1.084 | 6.56% | |
| CDS-PP | 480 | 2.90% | |
| PCTP/MRPP | 428 | 2.59% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

ODIVELAS – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Miguel Filipe Pardal Cabrita (PS)

1º Secretário

António José Real da Fonseca (PS)

2º Secretário

Deolinda Maria Lamas Martins (PPD-PSD)

Presidente da Câmara Municipal

Susana de Fátima Carvalho Amador (PS)

Mandatos Atribuídos

Hugo Manuel dos Santos Martins (PS)

Paulo César Prata Teixeira (PS)

Maria Fernanda Marcelo Faria Duarte Franchi (PS)

Edgar Luís Simões Valles (PS)

Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho (PS)

Sandra Cristina de Sequeiros Pereira (PPD-PSD)

Carlos Manuel Maio Bodião (PPD-PSD)

Maria Fernanda dos Santos Mateus (CDU - PCP/PEV)

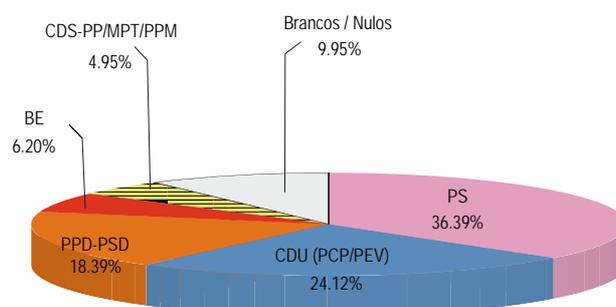
Rui Manuel Rodrigues Francisco (CDU - PCP/PEV)

Maria da Luz Ribeiro Nogueira (CDU - PCP/PEV)



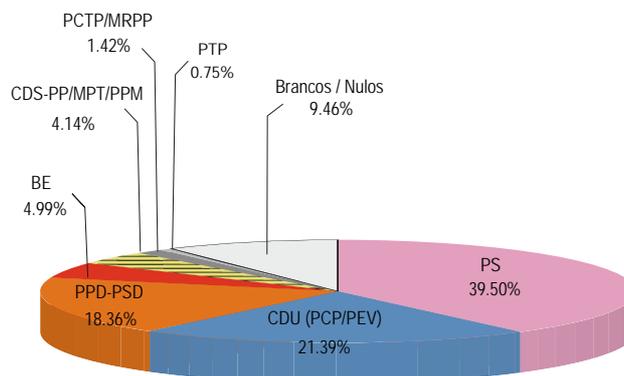
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| PS | 19.172 | 36.39% | 14 |
| CDU (PCP/PEV) | 12.707 | 24.12% | 9 |
| PPD-PSD | 9.688 | 18.39% | 7 |
| BE | 3.268 | 6.20% | 2 |
| CDS-PP/MPT/PPM | 2.608 | 4.95% | 1 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| PS | 20.821 | 39.50% | 6 |
| CDU (PCP/PEV) | 11.275 | 21.39% | 3 |
| PPD-PSD | 9.677 | 18.36% | 2 |
| BE | 2.631 | 4.99% | |
| CDS-PP/MPT/PPM | 2.180 | 4.14% | |
| PCTP/MRPP | 750 | 1.42% | |
| PTP | 393 | 0.75% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

OEIRAS – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Domingos Ferreira Pereira dos Santos
(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

1º Secretário

Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço
(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

2º Secretário

Maria da Graça Rodrigues Tavares
(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

Presidente da Câmara Municipal

Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas
(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

Mandatos Atribuídos

Carlos Alberto Ferreira Morgado

(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

Maria Madalena Pereira da Silva Castro

(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

António Ricardo Henriques da Costa Barros

(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

Marlene Braz Rodrigues

(IOMAF - Isaltino Oeiras Mais À Frente)

Francisco Maria Moita Flores (PPD-PSD)

Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz (PPD-PSD)

Eduarda Maria Ribeiro de Matos Godinho (PPD-PSD)

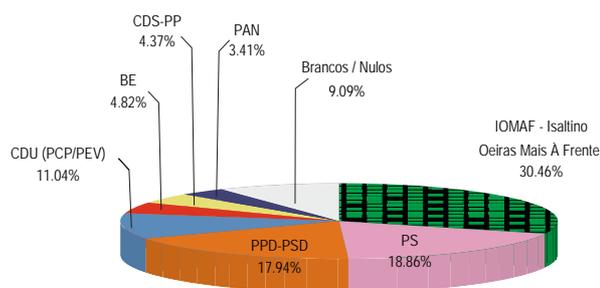
Marcos de Sá Rodrigues (PS)

Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura (PS)

Daniel dos Reis Branco (CDU - PCP/PEV)

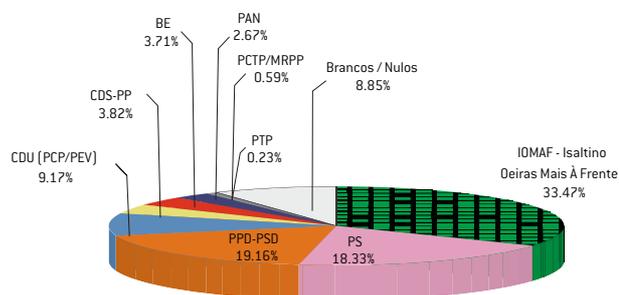
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|------------------------------------------|--------|--------|----------|
| IOMAF (Isaltino Oeiras Mais À Frente) | 21.015 | 30.46% | 12 |
| PS | 13.010 | 18.86% | 7 |
| PPD-PSD | 12.379 | 17.94% | 7 |
| CDU (PCP/PEV) | 7.614 | 11.04% | 4 |
| BE | 3.325 | 4.82% | 1 |
| CDS-PP | 3.018 | 4.37% | 1 |
| PAN | 2.355 | 3.41% | 1 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|------------------------------------------|--------|--------|----------|
| IOMAF (Isaltino Oeiras Mais À Frente) | 23.071 | 33.47% | 5 |
| PPD-PSD | 13.210 | 19.16% | 3 |
| PS | 12.635 | 18.33% | 2 |
| CDU (PCP/PEV) | 6.321 | 9.17% | 1 |
| CDS-PP | 2.630 | 3.82% | |
| BE | 2.554 | 3.71% | |
| PAN | 1.841 | 2.67% | |
| PCTP/MRPP | 404 | 0.59% | |
| PTP | 161 | 0.23% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

PALMELA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

Andreia Sofia Dias Bento (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Álvaro Manuel Balseiro Amaro (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

Adília Maria Prates Candeias (CDU - PCP/PEV)

Adilo Oliveira Costa (CDU - PCP/PEV)

Luís Miguel Reisinho Oliveira Calha (CDU - PCP/PEV)

Fernanda Manuela Almeida Pésinho (CDU - PCP/PEV)

Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço (PS)

Maria da Natividade Charneca Coelho (PS)

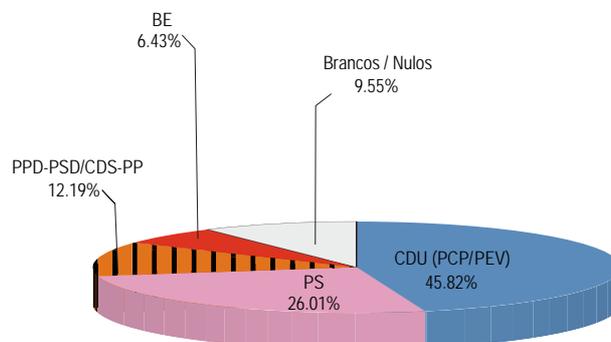
Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues (PS)

Paulo Jorge Simões Ribeiro (PPD-PSD/CDS-PP)



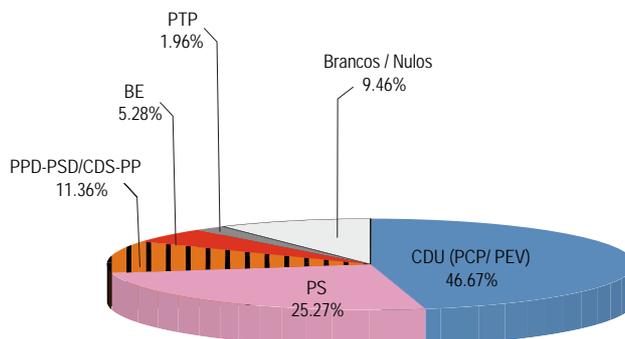
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|-------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 9.080 | 45.82% | 14 |
| PS | 5.155 | 26.01% | 8 |
| PPD-PSD/CDS-PP | 2.415 | 12.19% | 3 |
| BE | 1.275 | 6.43% | 2 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|-------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 9.248 | 46.67% | 5 |
| PS | 5.007 | 25.27% | 3 |
| PPD-PSD/CDS-PP | 2.252 | 11.36% | 1 |
| BE | 1.046 | 5.28% | |
| PTP | 389 | 1.96% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

SEIXAL- Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Alfredo José Monteiro Costa (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Américo Augusto Oliveira Costa (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

Emanuel Sahari Faial Fraga (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Joaquim Cesário Cardador dos Santos (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro (CDU - PCP/PEV)

Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves (CDU - PCP/PEV)

Joaquim Carlos Coelho Tavares (CDU - PCP/PEV)

Vanessa Alexandra Vilela Silva (CDU - PCP/PEV)

José Carlos Marques Gomes (CDU - PCP/PEV)

Samuel Pedro Silva Cruz (PS)

Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha (PPD-PSD)

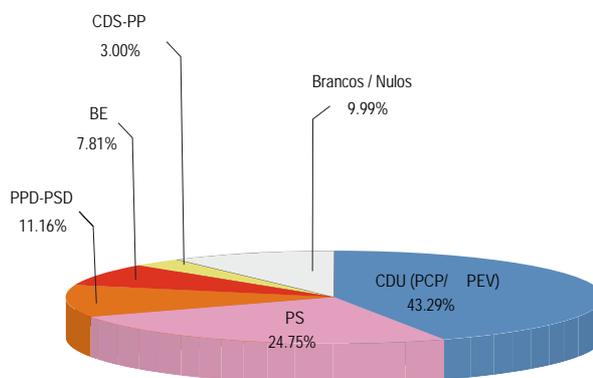
Luís Manuel Rendeiro Cordeiro (BE)

Eduardo Manuel Rodrigues (PS)

Elisabete Manuela Pereira Adrião (PS)

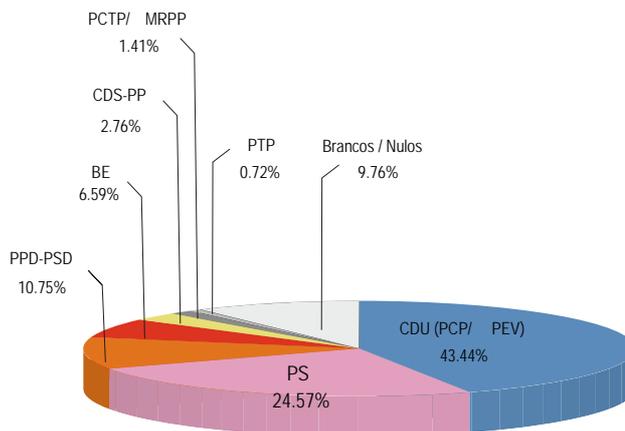
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 22.595 | 43.29% | 16 |
| PS | 12.918 | 24.75% | 9 |
| PPD-PSD | 5.823 | 11.16% | 4 |
| BE | 4.078 | 7.81% | 3 |
| CDS-PP | 1.565 | 3.00% | 1 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|---------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 22.673 | 43.44% | 6 |
| PS | 12.823 | 24.57% | 3 |
| PPD-PSD | 5.613 | 10.75% | 1 |
| BE | 3.440 | 6.59% | 1 |
| CDS-PP | 1.438 | 2.76% | |
| PCTP/MRPP | 735 | 1.41% | |
| PTP | 374 | 0.72% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

SESIMBRA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Joaquina Odete Martins da Graça (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

Felícia Maria Cavaleiro da Costa (CDU - PCP/PEV)

José Henrique Peralta Polido (CDU - PCP/PEV)

Sérgio Manuel Nobre Marcelino (CDU - PCP/PEV)

Américo Manuel Machado Gegaloto (PS)

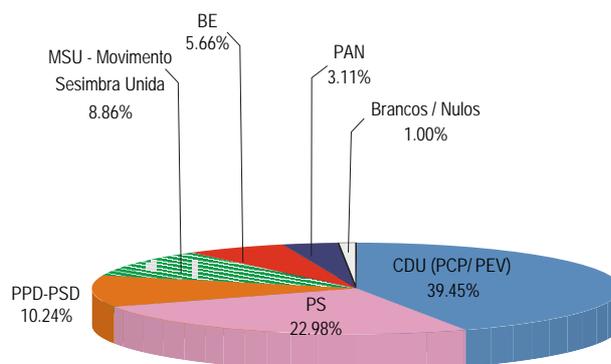
Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata (PS)

Francisco José Pereira Luís (PPD - PSD)



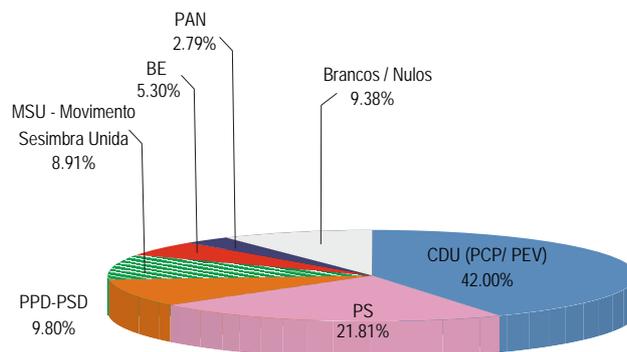
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------------------|-------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 6.326 | 39.45% | 10 |
| PS | 3.685 | 22.98% | 6 |
| PPD-PSD | 1.642 | 10.24% | 2 |
| MSU | 1.421 | 8.86% | 2 |
| (Movimento Sesimbra Unida) | | | |
| BE | 907 | 5.66% | 1 |
| PAN | 498 | 3.11% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------------------|-------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 6.735 | 42.00% | 4 |
| PS | 3.498 | 21.81% | 2 |
| PPD-PSD | 1.572 | 9.80% | 1 |
| MSU | 1.428 | 8.91% | |
| (Movimento Sesimbra Unida) | | | |
| BE | 850 | 5.30% | |
| PAN | 447 | 2.79% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

SETÚBAL - Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

Rogério da Conceição Palma Rodrigues (CDU - PCP/PEV)

1º Secretário

Jerónimo Manuel Fragoso Lopes (CDU - PCP/PEV)

2º Secretário

Yolande Paule Juliette Cloetens (CDU - PCP/PEV)

Presidente da Câmara Municipal

Maria das Dores Marques Banheiro Meira (CDU - PCP/PEV)

Mandatos Atribuídos

André Valente Martins (CDU - PCP/PEV)

Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU - PCP/PEV)

Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU - PCP/PEV)

Manuel Joaquim Pisco Lopes (CDU - PCP/PEV)

Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU - PCP/PEV)

João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro (PS)

Paulo Alexandre da Cruz Lopes (PS)

Sandra Marina Lopes Frota Gomes (PS)

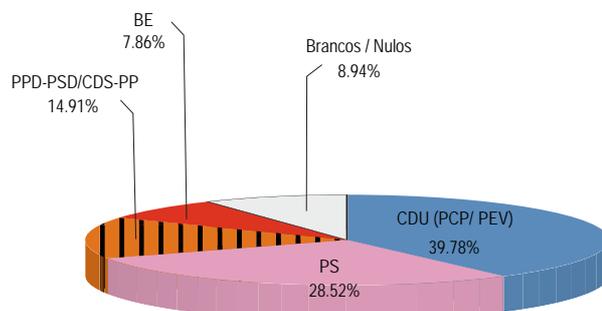
Fernando Miguel Catarino José (PS)

Luís Filipe Alexandre Rodrigues (PPD-PSD/CDS-PP)



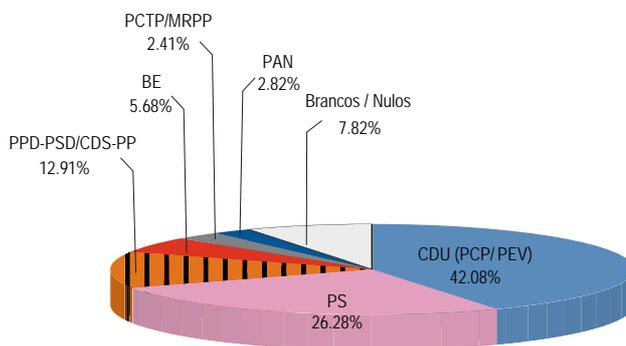
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 15.926 | 39.78% | 15 |
| PS | 11.419 | 28.52% | 10 |
| PPD-PSD/CDS-PP | 5.968 | 14.91% | 5 |
| BE | 3.148 | 7.86% | 3 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|----------------|--------|--------|----------|
| CDU (PCP/PEV) | 16.798 | 42.08% | 6 |
| PS | 10.491 | 26.28% | 4 |
| PPD-PSD/CDS-PP | 5.152 | 12.91% | 1 |
| BE | 2.268 | 5.68% | |
| PAN | 1.126 | 2.82% | |
| PCTP/MRPP | 962 | 2.41% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

SINTRA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal
Domingos Linhares Quintas (PS)

1º Secretário
Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês (PS)

2º Secretário
Filipe Gonçalo de Faria Santos (PPD-PSD/CDS - PP/MPT)

Presidente da Câmara Municipal
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca (PS)

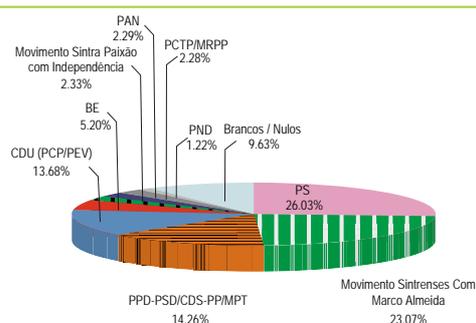
Mandatos Atribuídos

Rui José da Costa Pereira (PS)
 Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (PS)
 Eduardo Jorge Glória Quinta Nova (PS)
 Luís Manuel Pires Patrício (PPD-PSD/CDS - PP/MPT)
 Pedro Augusto Cunha Pinto (PPD-PSD/CDS - PP/MPT)
 Pedro Manuel da Costa Ventura (CDU - PCP/PEV)
 Marco Paulo Caldeira de Almeida
 (Movimento Sintrensens Com Marco Almeida)
 Paulo Jorge Jacinto Veríssimo
 (Movimento Sintrensens Com Marco Almeida)
 Maria Paula Gomes Pinto Simões
 (Movimento Sintrensens Com Marco Almeida)
 José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva
 (Movimento Sintrensens Com Marco Almeida)



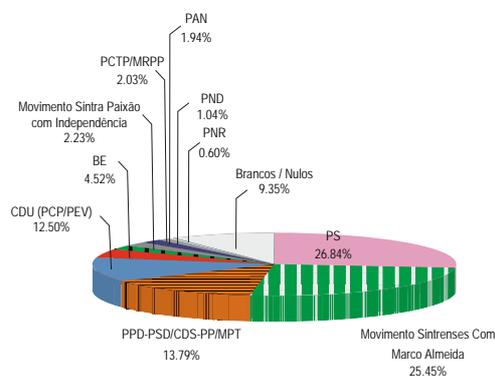
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-------------------------------------------|--------|--------|----------|
| PS | 31.993 | 26.03% | 11 |
| Movimento Sintrensens com Marco Almeida | 28.352 | 23.07% | 9 |
| PPD-PSD/CDS-PP/MPT | 17.533 | 14.26% | 6 |
| CDU (PCP/PEV) | 16.817 | 13.68% | 5 |
| BE | 6.395 | 5.20% | 2 |
| Movimento Sintra Paixão com Independência | 2.868 | 2.33% | |
| PAN | 2.815 | 2.29% | |
| PCTP/MRPP | 2.806 | 2.28% | |
| PND | 1.504 | 1.22% | |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-------------------------------------------|--------|--------|----------|
| PS | 32.986 | 26.84% | 4 |
| Movimento Sintrensens Com Marco Almeida | 31.271 | 25.45% | 4 |
| PPD-PSD/CDS-PP/MPT | 16.941 | 13.79% | 2 |
| CDU (PCP/PEV) | 15.354 | 12.50% | 1 |
| BE | 5.550 | 4.52% | |
| Movimento Sintra Paixão com Independência | 2.737 | 2.23% | |
| PCTP/MRPP | 2.490 | 2.03% | |
| PAN | 2.380 | 1.94% | |
| PND | 1.274 | 1.04% | |
| PNR | 741 | 0.60% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios

VILA FRANCA DE XIRA – Órgãos Autárquicos

Presidente da Assembleia Municipal

João António Rosa Mendes Quítalo (PS)

1º Secretário

Ana Sofia da Silva Paiva Pires (PS)

2º Secretário

Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos (PS)

Presidente da Câmara Municipal

Alberto Simões Maia Mesquita (PS)

Mandatos Atribuídos

Fernando Paulo Ferreira (PS)

Marina Estevão Tiago (PS)

António José Sequeira Félix (PS)

José António da Silva de Oliveira (PS)

Nuno Miguel Marques Libório (CDU- PCP/PEV)

Ana Lúcia Alves Cardoso (CDU- PCP/PEV)

Aurélio dos Santos Marques (CDU- PCP/PEV)

Paulo Sérgio Pinto Rodrigues (CDU- PCP/PEV)

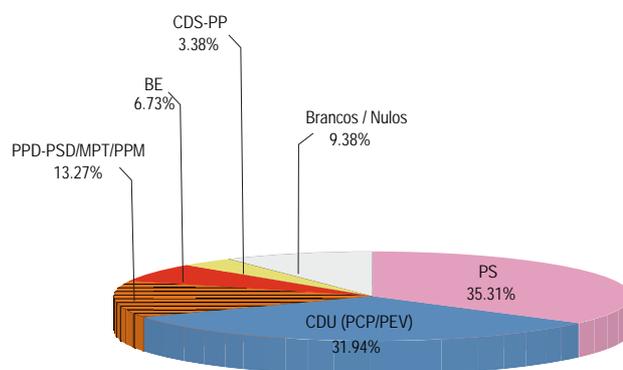
João Manuel Correia Pires de Carvalho (PPD-PSD/MPT/PPM)

Rui Ribeiro Rei (PPD-PSD/MPT/PPM)



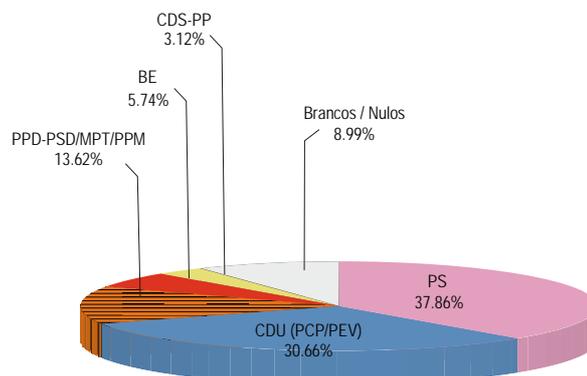
Assembleia Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-----------------|--------|--------|----------|
| PS | 17.218 | 35.31% | 13 |
| CDU (PCP/PEV) | 15.576 | 31.94% | 12 |
| PPD-PSD/MPT/PPM | 6.471 | 13.27% | 5 |
| BE | 3.280 | 6.73% | 2 |
| CDS-PP | 1.649 | 3.38% | 1 |



Câmara Municipal

| | Votos | % | Mandatos |
|-----------------|--------|--------|----------|
| PS | 18.464 | 37.86% | 5 |
| CDU (PCP/PEV) | 14.955 | 30.66% | 4 |
| PPD-PSD/MPT/PPM | 6.642 | 13.62% | 2 |
| BE | 2.799 | 5.74% | |
| CDS-PP | 1.524 | 3.12% | |



Fontes: Atas de Apuramento Geral da Eleição e Atas de Instalação dos Órgãos dos Municípios



ÁGUA NÃO PASSA

As membranas betuminosas da *Imperialum*, sediada no Montijo, impermeabilizam centros comerciais, a Autoeuropa ou a Ponte 25 de Abril. Com a crise, a empresa aposta no crescimento do mercado externo

A *Imperialum* produz membranas betuminosas e emulsões. Foi a primeira empresa em Portugal a fabricar materiais deste tipo, que se destinam à impermeabilização de coberturas e fundações de edifícios, sendo, por isso, usados em construção. “São muito importantes, porque deles dependem as boas condições de impermeabilização à água do edificado residencial, industrial, serviços, turismo, etc.”, diz Jorge Ramos, 51 anos, diretor-geral da *Imperialum*. Para além disso, a empresa comercializa também produtos de isolamento térmico e acústico, drenagem e geotêxteis. Compra-os no mercado e revende-os através dos seus canais de distribuição, com a sua própria marca. A aposta na inovação é feita através de investigação e experimentação para encontrar novas soluções e produtos na sua área de atividade. Por isso foi, segundo Jorge Ramos, a primeira empresa a fabricar membranas betuminosas em Portugal e a modificar betumes para lhes mudar as características reológicas, transformando-os em melhores materiais de impermeabilização.

Feito à medida

Também desenvolveu, ao longo dos anos, programas de apoio técnico ao mercado. Tem, inclusive, um departamento de especificação de prescrições, para apoiar a elaboração de projetos que incluam sistemas

de impermeabilização, “de acordo com aquilo que é a nossa experiência e as homologações e certificações”, diz Jorge Ramos. São soluções adequadas às necessidades de cada projeto, essenciais, por exemplo, na construção de centros comerciais que incluam vários tipos de coberturas, planas e inclinadas, acessíveis, ou não, à circulação de pessoas.

As coberturas planas, por exemplo, são construídas com uma inclinação ligeira, de 2%, para permitir o escoamento de água para zonas próprias, que têm de ser devidamente tratadas em termos de impermeabilização. Isto significa que o projeto de impermeabilização deverá dimensionar-se em função do uso a que se destina cada cobertura.

A *Imperialum* esteve envolvida na construção de obras industriais como as instalações da Autoeuropa. Mas também de vários centros comerciais nacionais, incluindo os do Grupo Sonae, o Fórum de Almada e o Dolce Vita Tejo. Podemos ainda encontrar os seus sistemas de impermeabilização no Centro Cultural de Belém, no novo edifício da Zon, no Campo Grande, na Ponte 25 de Abril e em muitos viadutos rodovias ou ferroviários.

A *Imperialum* não vende, em Portugal, diretamente ao mercado, porque as empresas de construção não costumam adquirir este tipo de materiais. Normalmente adjudicam o serviço de impermeabilização

a instaladores, que os adquirem e colocam na obra. “Por isso, os nossos canais de acesso ao mercado são instaladores e empresas de distribuição de materiais de construção”, revela Jorge Ramos. Entre estas incluem-se as de base regional, as antigas estâncias de materiais de construção, geralmente de cariz familiar. Depois existem os distribuidores de base nacional e a grande distribuição, empresas como a Maxmat ou a Leroy Merlin.

No exterior a Imperialum usa a mesma estratégia para chegar aos mercados. Fã-lo através de instaladores, que compram diretamente os materiais, e distribuidores, com os quais estabelece acordos de parceria. Hoje, para além de Portugal, a empresa está ativa basicamente em Espanha, Reino Unido e Bélgica. “Ainda estamos no mercado africano, com destaque para Cabo Verde, Angola, Moçambique”, diz Jorge Ramos, acrescentando que estão a estudar parcerias no norte de África.

O mercado externo representou, em 2012, 15% da faturação da empresa e aproximou-se dos 18% em 2013. O objetivo, para os próximos três anos, é que fature 40% nos mercados externos.

A empresa tem capacidade para produzir 8 milhões de metros quadrados por ano de membranas betuminosas. Atualmente está a produzir entre quatro e cinco milhões de metros quadrados, face às contingências do mercado. Mesmo assim, as vendas da Imperialum atingiram os 11 milhões de euros em 2012 e, no ano passado, 12 milhões, após um crescimento distribuído, em partes iguais, pelos mercados interno e externo.



Jorge Ramos,
da Imperialum

Na empresa trabalham atualmente 48 pessoas, incluindo a administração, distribuídas pela unidade industrial do Montijo e quatro delegações: Porto, Coimbra, Lisboa e Algarve, que incluem armazéns de distribuição.

Ciclo produtivo

As matérias-primas são obtidas no mercado nacional e externo.

A principal, o asfalto, produto derivado do petróleo, é adquirida a petrolíferas que operam no mercado nacional, como a Petrogal, Repsol e Cepsa. Outras, como alguns polímeros plásticos, são obtidas em Portugal. No exterior, são comprados outros tipos de polímeros e as armaduras de poliéster ou de fibra de vidro.

As matérias-primas são processadas na *Imperialum*, cujo sistema de fabricação envolve um consumo energético elevado. A empresa emprega gás natural para aquecimento, num processo de fabrico todo feito a quente, e electricidade para iluminar e proceder ao arranque de motores. “Os nossos custos de energia são cerca de 20% dos fornecimentos de serviços externos, excluindo matérias-primas”, revela Jorge Ramos. Para os reduzir, a empresa aposta em processos de eficiência energética e racionalização do uso de recursos nas suas três linhas de produção, todas desenvolvidas internamente. Durante o processo de fabrico, feito a quente, é necessário proceder ao arrefecimento do produto, o que é realizado com recurso a água que circula em circuito fechado. Depois passa por um sistema de arrefecimento e volta de novo à linha produtiva.



O PALÁCIO DOS ARCEBISPOS DE SANTO ANTÃO DO TOJAL

No interior deste testemunho do barroco, a típica azulejaria portuguesa do século XVIII, em azul e branco, caracteriza-se pela sua riqueza temática e grande qualidade pictórica

As primeiras referências a esta propriedade surgem numa documentação do século XIII, com a designação de Quinta de Pêro Viegas. O Palácio da Mitra, vulgarmente conhecido como Palácio dos Arcebispos, é uma antiga residência de verão, primeiro dos arcebispos e depois dos patriarcas de Lisboa. Fica na freguesia de Santo Antão do Tojal, em Loures.

Não se sabe em que época foram construídos a sua igreja e palácio. Mas em 1554 já necessitavam de obras, que foram realizadas pelo arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Menezes e Vasconcelos, e concluídas por D. Miguel de Castro, que também foi arcebispo da capital. O palácio substituíra a casa do século XIII que já pertencia à Mitra (palácio episcopal) de Lisboa.

No século XVIII, o primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, mandou reconstruí-lo em estilo barroco, ao gosto da época. O arquiteto responsável pela traça, que se manteve até hoje, foi o italiano Antonio Canevari, que nele trabalhou até 1732.

O edifício apresenta-se em forma de U. Na fachada, de estilo italiano, encontram-se três mármores de Carrara a representar as estátuas de São Bruno de Colónia, o fundador da Cartuxa, a Rainha Santa Isabel

e a Imaculada Conceição. No interior, a típica azulejaria portuguesa do século XVIII, em azul e branco, caracteriza-se pela riqueza temática e grande qualidade pictórica. Inclui representações das estações do ano, cenas campestres, venatórias e de pesca e figuras mitológicas. Nas cozinhas estão representados temas culinários. São atribuídos a Bartolomeu Antunes ou a um artista próximo. Por sua vez, os painéis das escadarias, onde se destacam as figuras de convite, deverão ter sido da responsabilidade de Nicolau de Freitas.

Urbanismo barroco

Alguns dos azulejos foram trasladados para o Paço Patriarcal de São Vicente de Fora e encontram-se hoje no Museu Nacional de Arte Antiga. O Palácio de Santo Antão do Tojal, tal como o conhecemos hoje, é, então, o resultado da intervenção setecentista patrocinada pelo primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, à qual se encontra indissociavelmente ligado o nome do arquiteto italiano Antonio Canevari. Este permaneceu no nosso país entre 1727 e 1732, trazendo consigo um barroco classicizante e congelado, aberto à decoração rococó e a qualquer evolução eclética.



A intervenção em Santo Antão do Tojal é considerada uma das suas obras mais significativas. Seguindo, com certeza, os desejos de D. Tomás de Almeida, Antonio Canevari modificou profundamente os edifícios. Mas teve sempre uma preocupação urbanística criando, assim, uma espécie de cidade ideal e um dos mais conseguidos trechos de urbanismo barroco de sabor romano do Portugal setecentista.

Santo Antão do Tojal ficava na estrada que ligava Lisboa a Mafra. Por isso, as obras empreendidas tinham, entre outros objetivos, o de dotar a antiga propriedade do necessário conforto para acolher o rei, sempre que este aqui pretendesse descansar durante o percurso entre a capital e o novo palácio-convento de Mafra.

Assim, ao primitivo palácio de planta em L, foi acrescentado um corpo, que forma um U fechado por um muro alto, onde se abre o imponente portão coroado pelas armas dos Almeidas. A antiga igreja, ligada ao palácio, viu o seu espaço interno unificado e revestido por azulejos e talha dourada, com as armas patriarcais pintadas no teto. Do lado

esquerdo ergue-se a torre e o terraço, a partir do qual D. Tomás de Almeida podia passar do palácio à Sala das Bênçãos, sempre à vista da população. Esta abria-se simultaneamente para a igreja e praça através de um balcão, à maneira de Mafra ou de São Pedro de Roma. Na fachada italianizante da igreja, com as imagens de São Bruno, Rainha Santa Isabel e Imaculada Conceição, desembocava a artéria de acesso a Santo Antão. Do lado esquerdo desenvolve-se a praça, delimitada pelo solar e, ao centro, pelo novo palácio e fonte, da autoria de Antonio Canevari. Para além destes elementos, faziam ainda parte deste ambicioso projeto os jardins de recreio, com todo um equipamento próprio da época (bancos, fontes...).

O aqueduto

O Palácio inclui dois pombais e um aqueduto com dois quilómetros destinado a abastecer dois chafarizes, o do Palácio Fonte e o do Chafariz dos Arcos, que fica encostado ao aqueduto, ao cimo da povoação.





ção, onde passa hoje a Estrada Nacional 115. O primeiro é uma composição barroca, antecedida por escadaria e enquadrada pelos braços do palácio, que concentra em si uma forte carga visual e cenográfica, acentuada pela água que cai em diversos níveis, transformando o espaço numa praça verdadeiramente monumental.

Ao arquiteto italiano, António Canevari, se deve o aqueduto que abastecia de água os palácios e a povoação. Construído em 1728, prolonga-se em arcaria, ao longo de cerca de dois quilómetros, entre Pintéus e Santo Antão do Tojal, correndo subterrâneo e à superfície. Assumindo a forma de arcos assentes em grossos pilares, a sua arquitetura simples evidencia a sua robustez e funcionalidade.

É anterior ao Aqueduto das Águas Livres e admite-se que tenha sido erigido mesmo antes da reconstrução do Palácio dos Arcebispos, com o objetivo determinado de lhe fornecer água e à povoação. A sua escassez na Quinta a isso obrigou, e D. Tomás de Almeida não se poupou a despesas para a fazer brotar bem perto do complexo arquitetónico. Ao longo do século XX o edifício foi sujeito a várias obras de restauro custeadas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Atualmente, encontram-se sediadas no Palácio da Mitra as instalações da Casa do Gaiato.

O conjunto formado por palácio, aqueduto, pombais, chafarizes, capela e ainda o monumental portão da entrada encontra-se protegido como Imóvel de Interesse Público, pelos decretos n.º 30 762 de 26 de setembro de 1940 e 32 973 de 18 de agosto de 1943.

Cronologia

1290 - 1293 - Origem do aglomerado, que cresceu em torno de uma quinta pertencente ao bispo de Lisboa

1291 - Primeira referência à existência de uma igreja nesta povoação

Época Medieval - Pertenceu ao termo e comarca da cidade de Lisboa, até à fundação do concelho dos Olivais

Séc. XVI - Construção da capela do Espírito Santo e do cruzeiro, configurando um pequeno largo

1554 - O arcebispo D. Fernando de Vasconcelos de Meneses (1540-1564) procedeu a reformas no palácio e igreja, para as quais comprou terras e vínculo pertencentes à capela do Rosário da Igreja Matriz

1586 - 1625 - Conclusão das obras do palácio iniciadas pelo arcebispo D. Miguel de Castro (1595-1625)

1728 - 1732 - Grande obra mecenática do Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (1670 - 1754). Incluiu a remodelação do palácio dos arcebispos, reconstrução da igreja matriz, construção do aqueduto, do chafariz da estrada e do Palácio Fonte. Conceção e execução da praça monumental e eixos barrocos

1730 - Abertura do Esteiro da Princesa, que permitia a navegabilidade entre Lisboa e Santo Antão do Tojal através do Rio Trancão

1730 - 1732 - Visitas de D. João V ao Palácio da Mitra, de Santo Antão do Tojal, para assistir à sagração dos sinos destinados a Mafra

1734 - Visita da rainha D. Maria Ana de Áustria ao Palácio da Mitra, em Santo Antão do Tojal, acompanhada pelos príncipes do Brasil, futuros reis D. José I e D. Mariana Victória, e infante D. Pedro, futuro D. Pedro III

1737 - Ampliação da cerca e obras no jardim do palácio

1744 - Segunda visita da rainha D. Maria Ana de Áustria, príncipes do Brasil e infante D. Pedro

1755 - Terramoto causou muitos estragos no palácio e igreja

1756 - 1758 - Visita do rei D. José, acompanhado pela rainha, seu irmão, infante D. Pedro, e infantas

1760 - A envolvente do aglomerado, correspondente a grande parte da freguesia de Santo Antão do Tojal, passou a pertença da coroa.

PATRIMÓNIO

CENTRO DE ARTE MANUEL DE BRITO

Espaço cultural de referência nacional e internacional, situado em Algés, acolhe hoje coleção de mais de 300 obras de alguns dos mais importantes artistas nacionais

O Centro de Arte Manuel de Brito, situado no Parque dos Anjos, em Algés, alberga a exposição de longa duração da Coleção Manuel de Brito. Este acervo, fruto do trabalho, empenho e dedicação de Manuel de Brito e sua família, constitui um dos mais importantes núcleos da arte portuguesa do século XX. Com efeito, inclui hoje trezentas obras de alguns dos mais importantes artistas nacionais. Conta, também, com importantes referências da produção artística mais atual.

A razão da escolha do Parque dos Anjos para acolher a Coleção Manuel de Brito deveu-se à sua localização privilegiada no concelho de Oeiras e no eixo Lisboa/Cascais. Há, ainda, a realçar, o facto de Algés ter sido o local de residência de Manuel de Brito e sua família.

O Sonho, 20 anos depois

A abertura ao público, a 29 de novembro de 2006, do Centro de Arte Manuel de Brito, no Parque dos Anjos, Algés, materializou a intenção antiga de criar, no concelho de Oeiras, um espaço cultural de referência nacional e internacional que acolhesse e dinamizasse a Coleção deste galerista. Construída ao longo de 40 anos, procurou dignificar sobretudo os artistas portugueses e ajudar a criar a memória de uma época.

A Coleção Manuel de Brito está ligada intrinsecamente ao projeto da Galeria 111, fundada em 1964. Quando a pequena sala com três paredes revestidas de serapilheira e um banco ao longo da montra abriu as portas, as suas perspetivas comerciais eram pequenas. Na altura, sem museus ou centros institucionais dedicados à arte contemporânea em Portugal, sem mercado e espírito de colecionismo, as galerias de arte não tinham simplesmente razão de existir, ou, se abriam atividade, a sua vida era muito curta.

Na galeria pretendia-se mostrar as obras de artistas jovens que nunca tinham exposto. No primeiro ano foi a estreia de Joaquim Bravo, Álvaro Lapa, António Palolo, Santa Bárbara e António Sena.

Era uma época em que se vivia num clima de amadorismo. Por isso, o catálogo era executado em duplicador e impresso em papel de embrulho. Entretanto, os quadros não se vendiam, pois os colecionadores desta época eram poucos e só compravam artistas de nome feito, não estando interessados nos jovens talentos. Também quase não existiam instituições e museus compradores.

Mas o mercado da Galeria 111 foi-se construindo lentamente, também devido à cumplicidade entre os artistas e a galeria. A sua localização junto à Cidade Universitária foi ajudando, pois por ela passaram centenas de alunos de Letras, Direito e Medicina que, de simples observadores, com o passar dos anos, tornaram-se compradores.

Mas a galeria só atingiu estatuto profissional quando Jorge de Brito se tornou o maior colecionador português. A primeira transação importan-



te foi a venda dos quadros do *Grupo do Leão*, pertencentes a Francisco Ramos da Costa, então exilado em Paris. A partir daí realizou inúmeras aquisições de obras de arte portuguesa e estrangeira em todo o mundo, abrindo as portas do mercado internacional.

A Galeria 111 deu apoio à arte portuguesa no estrangeiro. Não só adquiriu e fez entrar no país a produção de artistas nacionais radicados no exterior, como ajudou a difundir a sua obra em galerias e editoras internacionais.

Também colaborou ativamente na divulgação da arte portuguesa, cedendo grande número de obras do seu acervo às mais importantes exposições realizadas em Portugal e no estrangeiro organizadas pelo Ministério da Cultura, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Fundação Calouste Gulbenkian, Sociedade Nacional de Belas Artes, Museus e Instituições Culturais.

A aquisição dos frescos de Almada Negreiros que se encontravam em vias de destruição no Cine San Carlos, em Madrid, e de duas enormes pinturas de Vieira da Silva, a partir das quais se fizeram as tapeçarias para a Universidade de Basileia e que agora se encontram no Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, são algumas das ações mais importantes desta galeria.

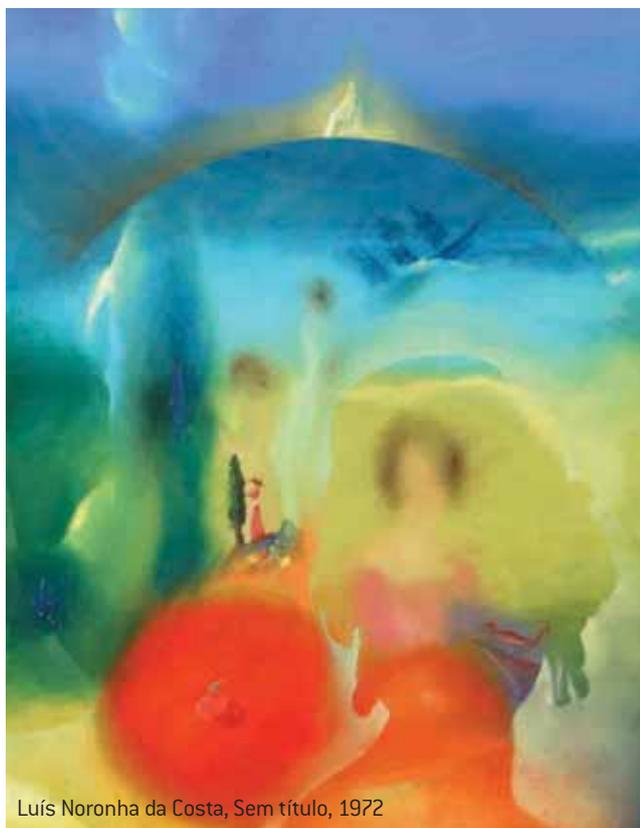
A coleção

Ao longo dos anos, como sempre houve uma grande cumplicidade entre esta e os artistas, houve sempre a preocupação de guardar as peças mais significativas de cada fase. Foi assim que se foi construindo a Coleção Manuel de Brito. Nela estão representados praticamente todos os artistas que expuseram na galeria. Destacam-se os núcleos mais significativos de obras de Eduardo Batarda, António Dacosta, José Escada, Eduardo Luiz, Jorge Martins, Menez, Graça Morais, António Palolo, Costa Pinheiro, Júlio Pomar, Paula Rego, Ana Vidigal e Fátima Mendonça.

A coleção abrange obras de 1914 até à atualidade. Começa com dois trabalhos de Amadeo de Souza-Cardoso, a que se seguem Francis Smith, Eduardo Viana, os baixos-relevos de Almada Negreiros, provenientes do Cine San Carlos de Madrid, António Soares, Jorge Barradas, Milly Possoz, Abel Manta, Carlos Botelho, Mário Eloy, António Pedro, Cândido da Costa Pinto, Mário Dionísio, Mário Henrique Leiria, Carlos Calvet, Maria Helena Vieira da Silva, Dórdio Gomes, Augusto Gomes, Joaquim Rodrigo, Luís Dourdil, João Hogan, Vasco Costa, Nadir Afonso, Júlio Resende, Rolando Sá Nogueira, António Charrua, Marcelino Vespiera, Rogério Ribeiro, Bartolomeu dos Santos, Nikias Skapinakis,



Amadeo de Souza-Cardoso, *Moinhos 9*, de 1914-15



Luís Noronha da Costa, *Sem título*, 1972

Eurico Gonçalves, António Quadros, Cruzeiro Seixas, Mário Cesariny, António Areal, João Abel Manta, Lourdes de Castro, João Vieira, René Bértholo, Joaquim Bravo, José Rodrigues, Manuel Baptista, Ângelo de Sousa, Álvaro Lapa, Espiga Pinto, Jorge Pinheiro, Gonçalo Duarte, Henrique Ruivo, Eduardo Nery, José de Guimarães, Noronha da Costa, Victor Fortes, Jacinto Luís, Pedro Avelar, Carlos Carreiro, Fátima Vaz, Guilherme Parente, Fernando Direito, David de Almeida, Lisa Santos Silva, Fernando Calhau, Julião Sarmiento, Ruy Leitão, João Penalva, Pedro Cabrita Reis, Pedro Calapez, Xana, Ilda David, Miguel Rebelo, Urbano, Rui Sanches, José Pedro Croft, Rui Chafes, Miguel Palma, Miguel Telles da Gama, Isabelle Faria, João Leonardo, João Pedro Vale, Joana Salvador, Joana Vasconcelos, João Pedro Vale, João Leonardo e Francisco Vidal.

Outras atividades

Hoje, também se desenvolve, no Centro de Arte Manuel de Brito, um programa de exposições temporárias e itinerantes, além de um conjunto de atividades como a realização de seminários, *workshops*, ações de caráter educativo e pedagógico e publicação de edições, iniciativas que garantem a dinâmica deste espaço.

O Parque Anjos, onde se situa, integra o Palácio Anjos, datado de finais do século XIX, um dos mais emblemáticos edifícios históricos de Oeiras e uma referência da arquitetura de veraneio de Algés. Também inclui um jardim com uma variedade riquíssima de espécies botânicas. Foi, por isso, que a intervenção feita teve como base o espaço do palácio e jardim visto como um todo. O projeto articulou, por isso, a dialética prepositiva espaço arquitetónico e espaço verde e incluiu soluções de compromisso entre os elementos de relevância histórica e os condicionalismos impostos por uma coleção de arte moderna e contemporânea.

Deste modo, o processo de metamorfose a que o espaço foi sujeito visou preservar a essência do edifício, mas também conferir-lhe a funcionalidade e contemporaneidade imprescindíveis à sua nova identidade, o que levou à junção de um corpo complementar. O Parque Botânico foi também objeto de intervenção, sendo possível agora desfrutar-se de uma leitura complementada com elementos visuais de caráter informativo, como é o caso do mobiliário e da sinalética, ambos em harmonia com toda a linguagem estética utilizada.



O Centro de Arte Coleção Manuel de Brito dispõe hoje de:

- Dois pisos de Exposição
- Um espaço multifuncional
- Um espaço interior para atividades do serviço educativo
- Um espaço destinado ao futuro Centro de Documentação
- Um anfiteatro de ar livre

No exterior, o público pode usufruir de espaços verdes e de uma cafetaria.



**PROMOÇÃO
DA REQUALIFICAÇÃO
ESCOLAR PARA A
INTEGRAÇÃO SOCIAL**



No âmbito do QREN 2007 – 2013, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa celebrou um Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), a quem delegou competências na gestão e acompanhamento de duas tipologias de projeto: a Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar e o Sistema de Apoio à Modernização administrativa (SAMA).

No que concerne a Modernização do Parque Escolar da Área Metropolitana de Lisboa (1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar), foram aprovadas, pelo PORLisboa, 52 operações de projetos infraestruturais de raiz e de remodelação/ampliação de equipamentos escolares, integrados no Eixo Prioritário III “Coesão Social” deste programa operacional regional, que concorre para a promoção do desenvolvimento da Região de Lisboa e para a coesão nacional. O investimento aprovado para esta tipologia foi de 77.318.860,08€, com uma taxa de cofinanciamento FEDER de 65%, no valor de 50.257.259,05€.

Estes projetos configuram objetivos de melhoramento e alargamento da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, para satisfazer as necessidades da população e atenuar as

carências deste tipo de infraestruturas diagnosticadas nas cartas educativas dos concelhos do território da AML, em virtude do crescimento demográfico que se tem vindo a acentuar ao longo da última década nas áreas metropolitanas do País.

As obras de remodelação e construção dos novos edifícios visam a modernização do parque, promovendo a utilização de edifícios escolares dotados de elevada qualidade arquitetónica e funcional, que possibilitem um eficaz reordenamento da rede educativa e contribuam para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos.

O cofinanciamento FEDER apresenta-se como um instrumento de planeamento estruturante imprescindível para a definição da política educativa municipal.

Genericamente, os edifícios escolares do 1.º ciclo do ensino básico estão manifestamente desajustados às atuais exigências e funções atribuídas à Escola. Impõe-se, pois, uma forte intervenção na rede educativa municipal, ancorada em rigorosos critérios de desenvolvimento e reordenamento da rede escolar e inevitavelmente consubstanciada na Carta Educativa de cada município.

Assim, a requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino bási-

co, assente no conceito de Centro Escolar, permitiu renovar todo o parque do 1.º ciclo, evoluindo para edifícios que, desejavelmente, integram o 1.º ciclo do ensino básico e a educação pré-escolar e se encontram apetrechados com espaços destinados à instalação de biblioteca, polivalente/refeitório, sala de professores, para além de um conjunto de áreas multifuncionais que contribuirão para a melhoria da qualidade do espaço educativo e que poderão, igualmente, ser partilhados pelas comunidades locais em que as escolas se inserem. É esse o caso do projeto “Orquestra Geração” que, para além de estar a ser desenvolvido em equipamentos escolares requalificados, é outra face da medalha da requalificação e capacitação institucional de promover a coesão territorial.

No âmbito da tipologia de Projetos do PORLisboa “Promoção e capacitação institucional”, em 2008, a Área Metropolitana de Lisboa e os Municípios de Amadora, Loures, Oeiras, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira, apresentaram uma candidatura conjunta para a implementação do projeto “Orquestras Sinfónicas Juvenis” que, mais tarde, veio a adquirir a identidade “Orquestra Geração”, que visa um programa de inclusão social através da música, principalmente focada em crian-

ças e adolescentes que são socialmente e educacionalmente vulneráveis. É um programa de orquestra para jovens no ensino regular, escolas com altas taxas de abandono escolar, em conjunto social, com problemas relacionados com dificuldades sócio- económicas e multi-culturais, designadamente:

- O bairro do Zambujal, Freguesia da Buraca, Amadora;
- Os bairros da Boavista, Ajuda e Anjos, em Lisboa;
- O bairro da Quinta da Fonte, Freguesia da Apelação, Loures;
- O agrupamento de Escolas de Carnaxide (EBI Sophia de Mello Breyner e EB1/JI Amélia Vieira Luís), em Oeiras;
- O bairro da Boa Água, Freguesia Quinta do Conde, Sesimbra;
- O bairro da Cavaleira e o Agrupamento de Escolas do Algueirão, em Sintra;
- O agrupamento de Escolas da Vialonga, em Vila Franca de Xira.

O investimento aprovado para esta candidatura foi de 775.704,37€, com uma taxa de cofinanciamento FEDER de 40%, no valor de 310.281,75€.



Este projeto é inspirado no Sistema Nacional das Orquestras Juvenis e Infantis da Venezuela que tem, na Orquestra Sinfônica Simón Bolívar, o seu expoente máximo de qualidade. É dirigida por grandes sumidades do mundo da música e integra, há mais de 38 anos, nos seus agrupamentos (mais de 200 orquestras juvenis locais), crianças e jovens provenientes de bairros problemáticos, com problemas de insucesso e abandono escolar e dificuldades de integração social. Apesar da sua referência pedagógica “Programa orquestra juvenil El Sistema da Venezuela”, tem desenvolvido a sua própria maneira de envolver as famílias e a comunidade local, mantendo a escola como o principal ponto estratégico.

A responsabilidade pedagógica e artística do projeto está a cargo da Associação de Amigos da Escola de Música do Conservatório Nacional, que tem sido um parceiro fundamental no processo.

Este projeto constitui um caso de sucesso pelo seu contributo inovador para a inserção e desenvolvimento de crianças e jovens provenientes de meios sociais mais desfavorecidos. Para além do sucesso reconhecido no território local onde se desenvolve, é reconhecido no estudo *Urban Development in the EU: 50 projects supported by european regional development fund during the 2007 - 13 period* no qual constam, como duas boas práticas a nível europeu, os projetos portugueses “Horta à Porta” e “Orquestra Geração”. Trata-se de uma valorização das práticas da inovação de coesão social.

O estudo conclui que os pontos-chave do sucesso do projeto são, acima de tudo:

- Uma abordagem humanista à inclusão social;
- Uma estratégia integrada que constrói pontes entre indivíduos, comunidades e cidades;
- Parcerias baseadas na confiança e envolvimento interinstitucional;
- Redes de influência ativas alargadas;
- Estratégia de marketing coerente e bem apoiada.

A abordagem humanista à inclusão social é, aqui mencionada, em contraste com as intervenções realizadas por consultores de inclusão social em áreas carentes, com programas estabelecidos e preventivos com objetivos de “paz social”. Mas estas são abordagens que estão longe de ter interesse para o desenvolvimento das pessoas, e dos jovens em particular. Aqui, o ponto de partida é a necessidade de envolvimento e reconhecimento social de todos e de cada um, em particular dos pré-adolescentes, que estão a aprender a comportar-se e estar em sociedade.

As pontes entre as pessoas, comunidades e a envolvente são cons-

truídas com base no conceito de partilha e implicam a aceitação de que os jovens são o centro de todas as ações. A mediação, essencial no início, diminui à medida que o programa se desenvolve.

Na concretização do projeto, a composição e objetivos das parcerias são muito diversificados. Interligam, em rede, escolas, fundações, governo, escolas de música, comunidades locais, agências de coordenação e técnicos locais, bem como voluntários. Trabalham, em conjunto e em cooperação, para desenvolver o Programa.

A estratégia de comunicação da marca Orquestra Geração é uma das razões do seu sucesso. É uma referência para programas de excelência no domínio da inclusão social e coesão territorial através da música. O valor da marca é reforçado por meio de eventos culturais, sistematicamente realizados em atividades públicas e institucionais, que aumentam a sua visibilidade durante todo o ano letivo.



Paulo Alexandrino

Paulo Alexandrino (Coimbra, 1965) é um fotógrafo independente baseado em Lisboa.

Com o curso de fotografia da Cooperativa Árvore (Porto), atua principalmente nas áreas do fotojornalismo e mercado editorial e é, desde finais dos anos 80, habitual colaborador da imprensa nacional, com centenas de reportagens, capas, retratos, todo o género de conteú-

dos editoriais, executados por encomenda em todas as latitudes.

Abraça também a execução e produção de vídeo e conteúdos multimédia e tem mantido, ao longo dos anos, um corpo de trabalho pessoal, estando representado em diversas coleções particulares. Convida os leitores da Metrópoles a conhecer melhor o seu trabalho em www.pauloalexandrino.com.



Manifestante, jardins de Belém



Pescador, rio Tejo



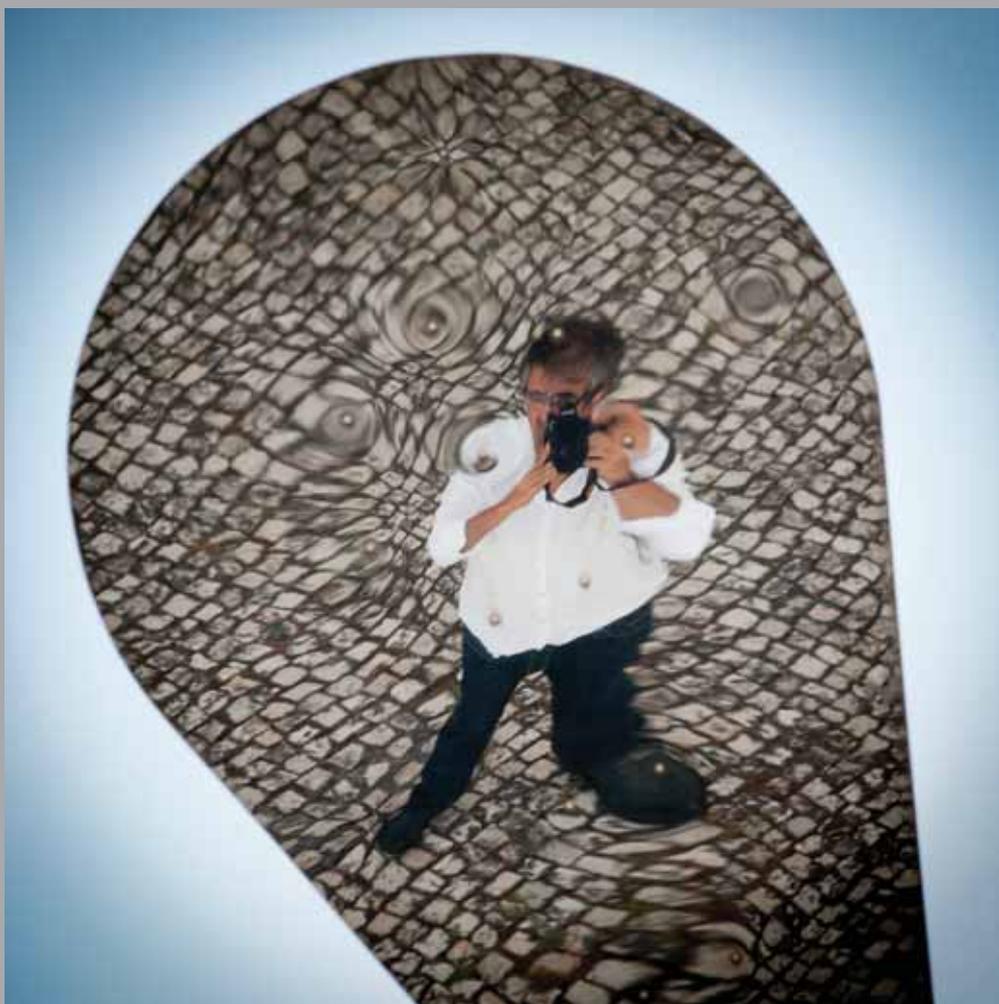
Mecânico de aeronaves, oficinas da Tap



Bailarinos, Centro Cultural de Belém



Mergulhador, Oceanário de Lisboa



Auto-retrato do artista enquanto não tão jovem. A barriga acomoda as imperiais, o pé esquerdo o depósito de caracóis.



NATÁLIA CORREIA

FIGURA EMBLEMÁTICA DE LISBOA

António Valdemar

Sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, Presidente da Academia Nacional de Belas Artes, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras

Natália Correia pertenceu ao reduzido número de mulheres que, basta só dizer o primeiro nome, para serem identificadas na amplitude da sua criação artística e literária e na singularidade da sua dimensão humana – Natália, Sophia, Agustina, Amália.

Nasceu nos Açores, na ilha de São Miguel, na Fajã de Baixo, uma freguesia do interior, próximo de Ponta Delgada. Viveu com a mãe e a irmã Carmem, ora na Fajã de Baixo, ora em Ponta Delgada. Pai e mãe entraram em rutura quando Natália tinha alguns meses. O pai emigrou para o Brasil.

A mãe de Natália, Maria José Oliveira, professora primária, mulher formada nos valores cívicos e culturais da 1ª República, com formação laica e tendências libertárias – o que era raro na época - além do exercício do magistério, colaborou em jornais e revistas, frequentou tertúlias, publicou dois romances mas, desde sempre, preocupou-se com a educação das filhas inculcando-lhes os princípios da democracia e a aproximação com a modernidade.

Em 1934 a família instalou-se definitivamente em Lisboa. Maria José Oliveira quis dar às filhas outros horizontes. Recordou Natália: “sendo uma intelectual que se não pode realizar, inteiramente, devido ao meio e às circunstâncias, procurou preparar-nos”. Entendia que “o desenvolvimento espiritual da mulher corresponde a uma atitude social”. A per-

manência em S Miguel, mesmo na cidade de Ponta Delgada, não reunia condições “para nos desenvolver espiritualmente”. Era “um meio muito exíguo”.

Natália Correia ainda passou pelo Liceu de Ponta Delgada. Frequentou, em Lisboa, o Liceu Filipa de Lencastre, mas sem qualquer aproveitamento. Mostrou-se refratária aos métodos de ensino. Ela própria o declarou: “Havia uma situação de disciplina, de imposição e de opressão incompatível com a minha maneira de ser. Nessa altura, julgava eu que tal atitude era determinada por preguiça ou relutância aos estudos. Agora sei que as minhas razões eram outras. Descobri, mais tarde, particularmente em trabalhos para que se exigiam disciplina e estrutura, que não podia vergar-me a regras que me fossem impostas de fora. Eu é que as tinha de criar”.

Resultou, portanto, num “fracasso total a razão imediata da vinda para estudar em Lisboa”. A passagem de Natália pelo liceu foi, segundo as suas palavras, de “ave migratória”. O problema não se colocava só em São Miguel. Em Lisboa o rumo era o mesmo. Deparou com os mesmos métodos. A escola não era um espaço de formação e transformação coletiva; nem um lugar de esperança e de procura, de encontro aberto à pluralidade do saber e à difusão do conhecimento.

Natália Correia tem uma formação autodidata. Apesar de pertencer a

uma família muito católica e muito tradicional Maria José Oliveira ultrapassou a rotina que se circunscrevia ao exercício burocrático do magistério. O ensino era um ato de participação e de cidadania, a fim de pensar e interrogar o mundo.

Teve relações pessoais e literárias com figuras da oposição democrática, entre as quais o jornalista Carvalhão Duarte que viria a ser diretor d' *República*. Desde muito jovem, Natália conviveu com estas personalidades e, através delas, privou com muitas outras que contribuíram para a sua afirmação pessoal, literária e política.

Natália colocou, no local mais íntimo de trabalho da sua casa de Lisboa, o mítico 52, 5º da rua Rodrigues Sampaio, entre a rua de Santa Marta e a Avenida da Liberdade e onde viveu 40 anos, as imagens tutelares de Antero, de Pessoa e de outros mestres de quem recebera ensinamentos, conselhos e advertências: António Sérgio e Almada Negreiros. Entre eles destacava-se a mãe e um amigo da mãe, Cardoso Martha, que lhe deu explicações de português, francês e história.

Antigo seminarista, com profundo conhecimento das humanidades clássicas, da literatura portuguesa e das várias literaturas de expressão românica, Manuel Cardoso Martha (1882 – 1958) era um erudito, um bibliógrafo, um colecionador de manuscritos e de livros que adquiriu de muitos modos, sem excluir apropriações ilícitas, em livrarias, em

alfarrabistas e até em casas de amigos que visitava e lhe davam almoço ou jantar a troco de pilherias que era exímio em narrar à sobremesa. Na sua maioria integram grande parte da *Antologia da Poesia Erótica e Satírica* que Natália publicou, nos anos 60, com êxito retumbante e foi apreendida pela PIDE e pela Censura.

Em matéria de formação intelectual Natália sempre disse que ficara a dever à mãe, na infância e na adolescência, os conhecimentos fundamentais para entender a vida e aceder à cultura. Lembrava, com frequência, que a mãe fizera despertar nas filhas o amor pelos livros e pela leitura, para ajudar a ver o mundo com outros olhos e de vários prismas; e, ainda, o sentimento da música, a história grega e romana, a explicação das fábulas, a decifração das figuras mitológicas e reais. A identificação de Natália Correia com Lisboa foi muito intensa. A partir de meados dos anos 40, tornou-se uma figura de Lisboa ligada aos principais acontecimentos literários e políticos que marcaram, decisivamente, a segunda metade do século XX.

Está perpetuada na toponímia de Lisboa e da Grande Lisboa. O seu nome também se encontra inscrito em diversas bibliotecas, como é o caso de Carnide e de Odivelas. Tem sido homenageada por universidades públicas e privadas. Foram assinalados, em 2013, com numerosas manifestações, o 20º aniversário da morte e os 90 anos do nascimento



de Natália Correia. Mas a relação com os Açores foi igualmente profunda. Todas as ilhas, apesar das rivalidades existentes, a reconhecem como uma personalidade da região. Tiveram especial relevo as recentes comemorações que se efetuaram nos Açores, em honra de Natália e para a divulgação da sua obra, promovidas pela Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, desde a ilha de Santa Maria até à ilha do Corvo.

Houve imagens fortes e marcantes e pequenos detalhes que jamais esqueceu. Foi, por exemplo, o caso do cozido das Furnas, os inhames e maçarocas de milho: “Cozidos na terra fervente e mole à beira da Lagoa e que depois comemos numa mesa de pedra sob as plumas dos fetos; por entre colinas de pedra-pomes, líquenes, musgos, mantos verdes que pendem dos ribanceiros onde se abrem as alas rosadas e azuis das hortênsias”.

Uma coisa foi sempre evidente: Natália nunca se desligou das raízes. O seu percurso, de quase sete décadas, cabe nestes versos: “Para Lisboa me trouxeram/ não de uma vez e embarcada:/ minha longa matéria foi/ pouco a pouco transportada./ Recém-vinda de ficada/em morosa maravilha,/ sempre a chegar a Lisboa/ e sempre a ficar na ilha”.

A primeira fase da vida e obra de Natália Correia decorreu dos anos 40 ao início dos anos 50. Conciliou o jornalismo, a literatura e a política. Frequentou os meios políticos da oposição e colaborou no Rádio Clube Português. Assinou, em 1945, as listas do MUD. Todavia, ao contrário da maioria dos intelectuais e políticos da sua geração – por exemplo Mário Soares, Aboim Inglês, Salgado Zenha - não ingressou no MUD Juvenil, dominado pelo Partido Comunista. Voltou a demarcar-se, em 1969, ao apoiar Mário Soares e Salgado Zenha na CEUD.

Escreveu no semanário *O Sol*, fundado e dirigido por Alberto Lelo Portela, militar de prestígio que fez parte dos primórdios da aviação e se destacou nas lutas da oposição ao salazarismo. A chefia da redação era assegurada por Alves Morgado (1901 - 1980) um jornalista profissional, conhecedor das regras do ofício na elaboração do noticiário, nos contatos com a tipografia, na revisão de textos de jovens colaboradores. Reunia, porém, a colaboração de grandes nomes. António Sérgio foi um deles e exerceu logo influência intelectual em Natália Correia.

Natália escreveu sobre política nacional e internacional: analisou a influência da guerra de 1939 a 1945 em vários setores; condenou a orientação de Hitler, os efeitos do nazismo, os fundamentos do Reich, as extensões do fascismo na Europa, a sua disseminação em Portugal, na classe política, militar, na literatura e na arte.

Teve acesso aos preparativos da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, que se apresentará um ano depois. Para o jornal *O Sol*, entrevistou o general na sua casa em Ponte de Lima. Mais tarde,



em 1958, participou na candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República. Apoiou muitos outros movimentos, entre os quais o assalto ao Santa Maria, comandado por Henrique Galvão, e que deu lugar a um dos seus livros, *Canto do País Emerso*, logo apreendido pela PIDE e pela Censura.

Tem, neste poema, um dos mais vibrantes ímpetos de reivindicação das suas origens: “Não sou daqui. Mamei em peitos oceânicos/ minha mãe era ninfa, meu pai chuva de lava/ mestiça de onda e de enxofres vulcânicos/ sou de mim mesma pomba húmida e brava. [...] “Não sou daqui. A minha pátria não é esta/ bussola quebrada dos impulsos./ Sou rápida, sou solta, talvez nuvem/ nuvens minhas irmãs que me argolais os pulsos/ tomai os meus cabelos! Levai-os para a floresta.”

Natália integrou o *Canto do País Emerso* no “desafogo de uma tendência que se acentua nas minhas últimas produções, que é a compreensão

de que a poesia se encontra ligada aos momentos mais importantes da vida coletiva e individual” e, por outro lado, “numa temática portuguesa compreendida entre a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e a *Ode Marítima* de Fernando Pessoa/ Álvaro de Campos”.

Os primórdios literários de Natália Correia acusam a influência do neo-realismo. Desta fase avulta, nomeadamente, o romance *Anoiteceu no Bairro*. Demarcou-se, todavia, deste movimento literário e político, no início dos anos 50. Sem profissão de fé declarada, ficou próxima do surrealismo. Classificou-o “uma etapa importante senão fundamental da poesia” do século XX. Luis Pacheco, editor na Contraponto dos surrealistas, publicou de Natália os livros *Dimensão Encontrada* (1957), *Passaporte* (1958), *Comunicação* (1959) e *Canto do País Emerso* (1961). Correspondem a momentos altos da obra de Natália, que revelam a sua autenticidade e força desmedida. Também se integram numa fase de intensas relações pessoais literárias e artísticas com Mário Cesariny, Cruzeiro Seixas, Alexandre O’Neil, Manuel de Lima, Mário Henrique Leiria.

Os vínculos são visíveis. Nunca os negou, mas costumava dar esta explicação: “se existe qualquer relação entre a minha poesia e o surrealismo é francamente *a posteriori*, isto é para os que quiserem vê-la. Quanto a procurarem-me antecedentes, também temos por cá outros mais à mão que foram surrealistas sem pensar nisso: Gomes Leal e Sá Carneiro.”

Entre as numerosas controvérsias que Natália Correia desencadeou, antes e depois do 25 de Abril, destacam-se a publicação, no final do salazarismo, do já referido *Canto do País Emerso* e da *Antologia da Poesia Erótica e Satírica* (1965) e, na “primavera marcelista”, a responsabilidade editorial das *Novas Cartas Portuguesas*, da autoria de Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno. Ambas apreendidas pela PIDE e pela Censura e ambas julgadas no Tribunal Plenário de Lisboa.

Embora nunca se tivesse submetido à disciplina de escolas, de grupos e de partidos, Natália Correia foi uma das personalidades da sua geração que (salvaguardadas as diferenças de opinião e de temperamento) era reconhecida em todos os setores.

Natália Correia celebrou a vida, como expressão de euforia, de afirmação de coragem, de libelo acusatório. A sua poesia é dominada pelo arrebato lírico, o ímpeto romântico, a exuberância barroca, que se cruzam com a força dos símbolos e a profusão das metáforas.

Contudo, também na linhagem das *Cantigas de Escárnio* e *Maldizer*, Natália Correia dissecou o poder. Não poupa a aristocracia decadente e com prosápias; a vulgaridade burguesa, os vícios e as vilezas dos novos e novíssimos ricos, os políticos arrivistas e corruptos, as manifestações de ignorância e fanatismo. Assim criou as *Cantigas de Risadilha*.

Juntamente com as irrimediáveis manifestações de açorianidade, Na-

tália Correia estabeleceu uma relação profunda com Lisboa e a grande Lisboa. Em 1971, com a escultora e poetisa Isabel Meireles, criou uma sociedade para instalar um bar, restaurante/ café concerto, no largo da Graça, no rés-do-chão da Vila Souza, um edifício histórico do bairro e da própria cidade. Ficou a chamar-se o Botequim, um nome com forte carga literária, política e boémia que remontava aos primeiros cafés de Lisboa, do século XVIII, ao tempo de Bocage, de José Agostinho e outros representantes das Arcádias, do pré-romantismo, dos antecedentes culturais e políticos da revolução liberal.

Para o Botequim transferiram-se surrealistas e poetas e escritores de muitas outras tendências. Políticos de todos os quadrantes. Deputados, ministros, atuais ou futuros presidentes da República e representantes do movimento da independência dos Açores. Convergiram no Botequim devido à personalidade magnética de Natália, às sucessivas fases do processo revolucionário e contra revolucionário que surgiu com o 25 de Abril.

A presença diária de Natália irradiou no Botequim durante mais de 20 anos, em noites memoráveis. Em 1980 ingressou, através de Francisco Sá Carneiro, na Aliança Democrática. Foi, entretanto, deputada e assumiu posições polémicas, nomeadamente a favor do aborto, que não se identificavam com a linha de orientação estatutária e religiosa do PSD e do CDS. A sua trajetória partidária terminou no PRD, o grupo político que se constituiu sob a égide de Ramalho Eanes.

Ficaram célebres os versos de Natália Correia sobre os comentários do deputado do CDS, João Morgado, quando este proferiu, no auge do debate parlamentar da legislação sobre o aborto, afirmações que deram brado na época, como: “o ato sexual é para fazer filhos”. Natália não se conteve e escreveu, de jato, um poema que circulou em todo o País, até porque saíra, no dia seguinte, no *Diário de Lisboa*: “Já que o coito – diz Morgado -/tem como fim cristalino, /preciso e imaculado/fazer menina ou menino; /e cada vez que o varão/sexual petisco manduca, /temos na procriação/prova de que houve truca-truca./ Sendo pai só de um rebento, /lógica é a conclusão/de que o viril instrumento/ só usou – parca razão! – /uma vez. E se a função/faz o órgão- diz o ditado-/consumada essa exceção,/ ficou capado o Morgado!”

Este episódio – que passou a fazer parte do folclore satírico de São Bento – constituiu uma das posições de rebeldia e contestação que assumiu perante a classe política, fosse qual fosse o partido, umas vezes fustigada com a energia do protesto, outras objeto de ironia e sarcasmo. Com a morte de Natália morreu o Botequim. Ela estabeleceu sempre uma identificação profunda entre a vida e a poesia, o que a destaca como uma das mais notáveis personalidades do século XX em Portugal.



O ESPÍRITO DO VINHO DA FRANÇA À ESTREMADURA, EM FRENTE AO MAR

O Al-khól, produto da destilação do vinho, era destinado pelos mouros para produtos de maquilhagem feminina. Mas nós por cá, e os franceses também, resolvemos dar outro uso ao produto da destilação: bebê-lo! E por causa dos holandeses resolvemos envelhecê-lo nos cascos. Histórias de outros tempos que acabam na Lourinhã, por estranho que possa parecer

João Paulo Martins
Jornalista

Quem, no mês de agosto, se dispuser a um passeio por terras estreme-nhas, poderá deparar-se com variações significativas de tempo em relação a terras do Ribatejo, por exemplo. É que o clima desta região, sempre caprichoso e ainda muito avesso às tais “alterações climáticas” de que tanto se fala, persiste em ser igual a sempre. Ser igual significa que os nevoeiros matinais são muito habituais e em zonas onde esse clima é mais *hard*, como a Lourinhã ou o Baleal, o tempo cinzento sem sol pode mesmo prolongar-se para a parte da tarde. O verão é assim. Normalmente. Recordo, por exemplo, umas férias na região em que, bem contadinhos, estive 10 dias seguidos sem ver o sol. Estávamos em julho, época em que supostamente se deveria estar na praia a usufruir dos calores estivais. Não são só os turistas a ficar desanimados com este clima. As cepas também não gostam nada porque, sem calor (na época em que ele era suposto existir), as uvas não amadurecem, os teores de açúcar mantêm-se muito baixos e a acidez não se degrada (por falta de calor). O resultado final é um vinho pouco alcoólico e normalmente muito ácido. Este vinho tem pouco interesse para ser bebido mas, para destilar e fazer aguardente vínica, é mesmo uma bênção. Assim sendo, não se estranha que tenha sido na Lourinhã que foi criada, em 1994, a Região Demarcada das Aguar-

dentas Vínicas da Lourinhã, a única existente em Portugal e uma das poucas a nível mundial.

Retomemos os dados desta equação: para se produzir uma boa aguardente vínica (resultado da destilação de vinhos) requer-se um vinho-base de baixo teor alcoólico (em torno dos 10º) e uma acidez elevada. Menos importantes são as características aromáticas das uvas envolvidas ou a sua estrutura, significando, assim, que se pode lidar com grandes produções por cepa e hectare, o que, como se sabe, não seria desejável se o objetivo fosse produzir vinhos de consumo. Estamos assim num ambiente vínico “deslavado” para o consumo, mas perfeito para a destilação. Esse momento mágico em que o vinho ferve e evapora com a posterior condensação desses vapores exige também uma grande rapidez, porque ao tal vinho-base não deverá ser adicionado sulfuroso (que reage com o cobre do alambique e origina compostos sulfurados no destilado) e, por isso, a destilação deverá ocorrer imediatamente a seguir à fermentação. Algum tempo de espera é, no entanto, permitido (é impossível destilar tudo de uma vez só...) e é aí que entra o factor acidez. Quando é muito elevada o vinho conserva-se, mesmo sem sulfuroso.

Aguardentes e tradições

O que atrás dissemos – imediata destilação do vinho após a fermentação - tem pouca tradição entre nós. Repare-se: sempre se destilou muito em Portugal e havia mesmo apoios estatais para que os excessos da produção fossem destilados. Talvez mais grave do que isso era o facto de se destilar o que já não prestava; “este vai para queima” era a frase habitual que referia um vinho sem outro destino possível que não fosse a destilação para fazer aguardente. Ora, se quando falamos de vinho dizemos que sem boas uvas não se faz bom vinho, neste capítulo dos destilados o conceito tem uma pequena nuance, embora o espírito se mantenha: não há bom destilado sem um bom vinho-base. Por isto mesmo, sempre existiu muita aguardente em Portugal mas a qualidade era muito desigual. Quanto à questão do sulfuroso, tratando-se de vinhos já com algum tempo de vida, a questão não se colocava porque o sulfuroso acaba por se combinar com o vinho e deixa, por isso, de ter o efeito de reação ao cobre do alambique.

E, se voltarmos às questões climáticas, é evidente que, para além da zona da Lourinhã, também a do Vinho Verde apresenta condições naturais semelhantes, gerando vinhos de baixo teor alcoólico e alta acidez. Outra zona de alguma influência atlântica – a Bairrada – foi durante décadas berço de muitas aguardentes, beneficiando também do facto de ter aí sediadas muitas empresas que “jogavam em vários tabuleiros”: não produziam uvas, mas compravam vinho em várias regiões – nomeadamente na própria Bairrada e no Dão – produziam vinho e espumante, diferentes tipos de aguardentes - vínicas e bagaceiras - e ainda, várias delas, estavam ligadas à produção de licores. Nasceram, assim, na Bairrada, algumas aguardentes de nomeada, com um prestígio que, em muitos casos, se mantém até hoje. Relembro as Caves Aliança, São Domingos e S. João, mas também outras que entretanto perderam protagonismo, como as Caves Borlido, Barrocão, Montanha, Valdarcos e Império, entre outras. Temos assim um trio Lourinhã/Ver-

des/Bairrada, onde a tradição da aguardente ganhou peso. Mas isso não nos deve fazer esquecer que outras regiões, como o Douro, sempre usaram as barricas de Vinho do Porto para envelhecer aguardentes idênticas às que tinham sido adquiridas para beneficiar os mostos. Neste caso não eram ali destiladas, mas apenas envelhecidas. Também as inúmeras adegas cooperativas existentes no país faziam questão de ter a sua aguardente, vínica ou bagaceira, para contentamento da massa associativa. Falamos, por isso, de centenas de milhar de litros. A região estremenha, ainda que de forma não intencional, já era uma grande produtora de aguardente, pois toda a zona era excedentária em uva e muita dela, pensada apenas para a quantidade, tinha exatamente as características que atrás vimos serem exigíveis, ou seja, o baixo teor alcoólico do vinho. Segundo informação colhida no volume sobre a Estremadura da Enciclopédia dos Vinhos de Portugal [Chaves Ferreira, 2002], o autor, Carvalho Ghira, lembra-nos que, em 1980, das 253 destilarias identificadas a nível nacional, 101 estavam localizadas nos distritos de Lisboa e Leiria. Seria assim possível encontrar pequenos agricultores com o seu diminuto alambique onde se efetuava a destilação. Esta componente tão antiga do modo de estar das gentes do campo, chamemos-lhe “modo de produção rural”, desapareceu totalmente na voragem das novas regras que tudo proíbem, das taxas obscenas que sobre estes destilados foram sendo criadas e dos organismos policiais (vulgo Alfândegas) que controlam o negócio das aguardentes como se de ouro se tratasse. Tudo contribuiu para que, de centenas, se tenha passado para poucas dezenas de destiladores. Hoje o negócio é tão difícil que poucos se interessam pela destilação. Não se estranhe assim que, mesmo numa região demarcada – a Lourinhã – apenas existam dois destiladores, a Adega Cooperativa da Lourinhã e a Quinta do Rol.

De acordo com os Estatutos da região da Lourinhã, aprovados em 1994, são aceites como recomendadas as castas Alicante Branco, Alvadurão, Boal, Espinho, Marquinhas, Malvasia Rei (Seminário) e Tália



(todas brancas) e Cabinda (tinta); nas castas autorizadas temos as brancas Cercial, Fernão Pires, Rabo de Ovelha, Síria, Seara Nova e Vital e as tintas Carignan, Periquita (Castelão) e Tinta Miúda. A estranheza de ver aqui algumas castas realmente pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, não nos deve levar a pensar que estão aqui após “aturado período de reflexão e experimentação”, bem pelo contrário. Estão aqui indicadas porque eram as que lá estavam plantadas na altura da demarcação. Se serão mesmo estas ou se outras fariam melhor figura, é assunto académico. Ninguém vai arrancar a Marquinhas para pôr Touriga Nacional...! A comercialização só se pode fazer após um mínimo de 24 meses de barrica e, para adicionar à aguardente de base, apenas se autoriza a água destilada (para desdobrar) e o caramelo (até 2%). A área demarcada atinge uns singelos 50 hectares, os que “escaparam” à voragem do arranque subsidiado pela União Europeia. Na época (anos 90) muitos pequenos produtores optaram por receber o subsídio e terminar a exploração

Aos milhares e aos milhões

A aguardente acompanha o homem há muitos séculos. Foi bem mais tarde que o vinho mas, ainda assim na Europa, esta bebida poderosa e inebriante está por cá há mais de 500 anos. A técnica da destilação terá sido herdada dos mouros que, proibidos de consumir o álcool, usavam o vinho destilado na produção de produtos de maquilhagem para as mulheres. O atual nome deriva exatamente o árabe Al-khól. E quando digo “por cá” estou a referir-me ao espaço europeu, não especificamente a Portugal. Outras regiões se notabilizaram na produção de aguardente vínica e as mais famosas são as de Cognac e Armagnac, ambas no sudoeste francês. A similitude de clima e proximidade do mar da zona de Cognac em relação à Lourinhã é evidente e explica também o porquê da nossa delimitação. Estamos assim a falar das únicas três regiões demarcadas do mundo exclusivamente vocacionadas para a produção de aguardente. Há aguardentes produzidas noutras regiões mas são zonas onde outros vinhos também são autorizados. Não é o caso deste trio.

Desde a Idade Média que se produz aguardente, quando se verificou que os vinhos exportados para os países nórdicos (os barcos levavam outros produtos como o sal) não chegavam lá com saúde. Começou-se assim a destilar, já que o produto resultante era bem resistente à longa viagem. Muito deste negócio tinha os holandeses como intermediários (o termo brandy deriva do holandês “brandewijn” - vinho queimado). Mas a crise na Holanda (séc. XVII) deixou muito vinho destilado por vender, armazenado nos cascos. Assim se percebeu que melhorava muito com o estágio nas madeiras. O resto, imagina-se, é uma longa história de experiência atrás de experiência quanto ao tipo de madeira a usar e ao tempo deixado na barrica.



Cognac fica no departamento da Charente, 120 km a norte de Bordeus. Ali todo o vinho produzido nos 80 000 ha de vinha destina-se à destilação e estima-se que a produção de 2013 atinja os 45,8 milhões de hectolitros (hectolitro = 100 litros). Um mar bastante alcoólico, convenhamos...! Também em Cognac se usa uma casta “impensável” para produzir vinho bebível – a Ugni Blanc (90% dos encepamentos), que dá uma “beberagem” com muita acidez e pouco álcool. Para o estágio usa-se um tipo de carvalho local, o Limousin. Inicialmente a aguardente que sai do alambique é guardada cerca de dois anos em cascos novos e depois passa para madeira usada onde repousa o tempo considerado necessário pelo *maitre de chai*. Dado o enorme volume que está em casco, a evaporação (conhecida pela “parte dos anjos”) é de cerca de 27 milhões garrafas/ano, o que dá uma noção da quantidade existente nas caves da região. A mais antiga empresa ainda existente é a Auguiers (1643), depois surgiu a Martell (1715), Remy Martin (1724), Hine (1763), Hennessy (1765) e Otard (1795). Hoje existem cerca de 240 empresas.

Como curiosidade diga-se que a região tem seis zonas nobres (6 Crus), e duas delas, as principais, têm nomes que podem confundir o consumidor: Grande Champagne e Petite Champagne (cremos que são os únicos autorizados a usar este termo fora da região do famoso vinho borbulhante). Este termo pode aparecer no rótulo, assim como Fine Champagne, que resulta de um lote de aguardentes das duas zonas referidas.

A outra região demarcada é Armagnac. Aqui entramos na região da Gasconha, no sudoeste francês, terra de pequenas vinhas e pequenos lavradores, com produções exíguas, ou seja, tudo diferente de Cognac. Se por lá encontramos empresas enormes e casas sumptuosas, por

aqui estamos no ambiente rural mais puro, onde a tradição ganha outra dimensão. A região foi demarcada em 1909 e contempla três sub-regiões: Bas Armagnac (a mais famosa), Ténarèze e Haut Armagnac, num total de cerca de 15 000 hectares. Estamos na terra dos Três Mosqueteiros onde, durante a 2ª Grande Guerra, se produzia álcool modificado para alimentar os veículos da resistência francesa.

Por aqui a casta mais utilizada é (também) a Ugni Blanc (Trebiano em Itália), de produções generosas entre os 100 e 150 hl por hectare, mas, na dezena das outras autorizadas, também aparece (caso único na Europa) uma casta híbrida (americana), o Baco 22 A, permitida (com reticências pela União Europeia...) com a obrigatoriedade do vinho ser totalmente para destilar. A região contempla ainda uma infinidade de castas, algumas delas apenas com alguns pés de vinha. Mas cre-se que é essa diversidade que dá complexidade à aguardente. Ao contrário de Cognac, aqui é habitual encontrarmos garrafas datadas - que se exige tenham pelo menos 10 anos de barrica -, fruto das aquisições a pequenos lavradores por parte das principais casas do negócio.

Estudar, estudar sempre...

O tema aguardente é suficientemente vasto para permitir uma multiplicidade de estudos, atualmente entre nós muito centrados na Estação Vitivinícola Nacional, em Dois Portos, a cargo das engenheiras Sara Canas e Ilda Caldeira. Estudar – sempre que é possível obter subsídios para a investigação – implica procurar, conhecer e aprofundar aspetos tão importantes como saber qual o tipo de madeira a usar – carvalho é consensual mas castanheiro não e, por isso, é preciso muita experimentação -, que tipo de tosta pode acelerar o envelhecimento, em função da riqueza em compostos fenólicos; qual a capacidade ideal para favorecer o longo envelhecimento (a espessura das aduelas é bem mais importante do que se julga); a temperatura e humidade da cave, o desdobramento da aguardente, tudo isso tem influência e tudo isso se estuda. Há muito trabalho pela frente, assim haja patrocinadores. A Lourinhã bem que precisava de maior visibilidade. Mas tem de se fazer mais pela aguardente local. Começar por mudar a imagem da aguardente da cooperativa será seguramente o primeiro passo. Mas há mais a fazer e é para isso que existem empresas vocacionadas para a promoção e gestão da imagem.

**OS SINS E OS NÃOS**

Desde as campanhas antialcoólicas até ao pavor do balão, tudo serve para justificar a diminuição do consumo dos destilados, que viram também os preços subir fruto das pesadas taxas impostas pelos vários governos. Também por estas razões e por ser cada vez mais um momento único, o consumo destes destilados convém ser feito a preceito, evitando-se erros grosseiros, atribuíveis a alguma restauração tradicionalista. Tome nota:

1. Conservação – guarde as suas garrafas de destilados em pé. São bebidas oxidadas e por isso não precisam de descansar deitadas. A rolha tem assim menos hipóteses de estragar o destilado.
2. Sirva em balão à temperatura ambiente. Cada um, se assim apreciar, pode envolver o balão com a mão, o que provoca a libertação de mais aromas. Sempre no final da refeição.
3. Esqueça lamparinas a aquecer o balão. Fazer desta maneira evaporar o álcool é ferir de morte a essência da bebida.
4. Quando o copo já estiver praticamente vazio, deite as últimas gotas na mão e esfregue uma na outra. Sinta então o aroma final, verdadeiro perfume.
5. Por norma o destilado basta-se a si próprio mas há experiências a ter, como Armagnac a acompanhar um chocolate negro com aparas de laranja. Um assunto muito sério. Para alguns apreciadores, o verdadeiro companheiro do destilado é o *puro* cubano. Assim seja, para quem for “fumista...”
6. Sobretudo nas garrafas de Cognac e Armagnac é normal encontrarem-se designativos de qualidade relacionados com o tempo de estágio em tonel. Tome nota:

VS – pode também apresentar 3 estrelas no rótulo (dois anos de casco)

VSOP – lote de várias aguardentes em que a mais nova tem pelo menos 4 anos de casco (mas por norma o lote global é muito mais velho).

XO – O brandy mais novo tem pelo menos 6 anos mas, em geral, esta designação aplica-se a espirituosos com muito mais idade. É o qualificativo de melhor qualidade.

Napoleon ou *Vieux* – exigência idêntica ao XO mas por norma trata-se de uma bebida com idade entre o VSOP e o XO.

Hors Âge – tecnicamente é idêntico ao XO mas o termo é usado pelos produtores para a mais alta classificação de idade. Na prática são os melhores de cada casa.

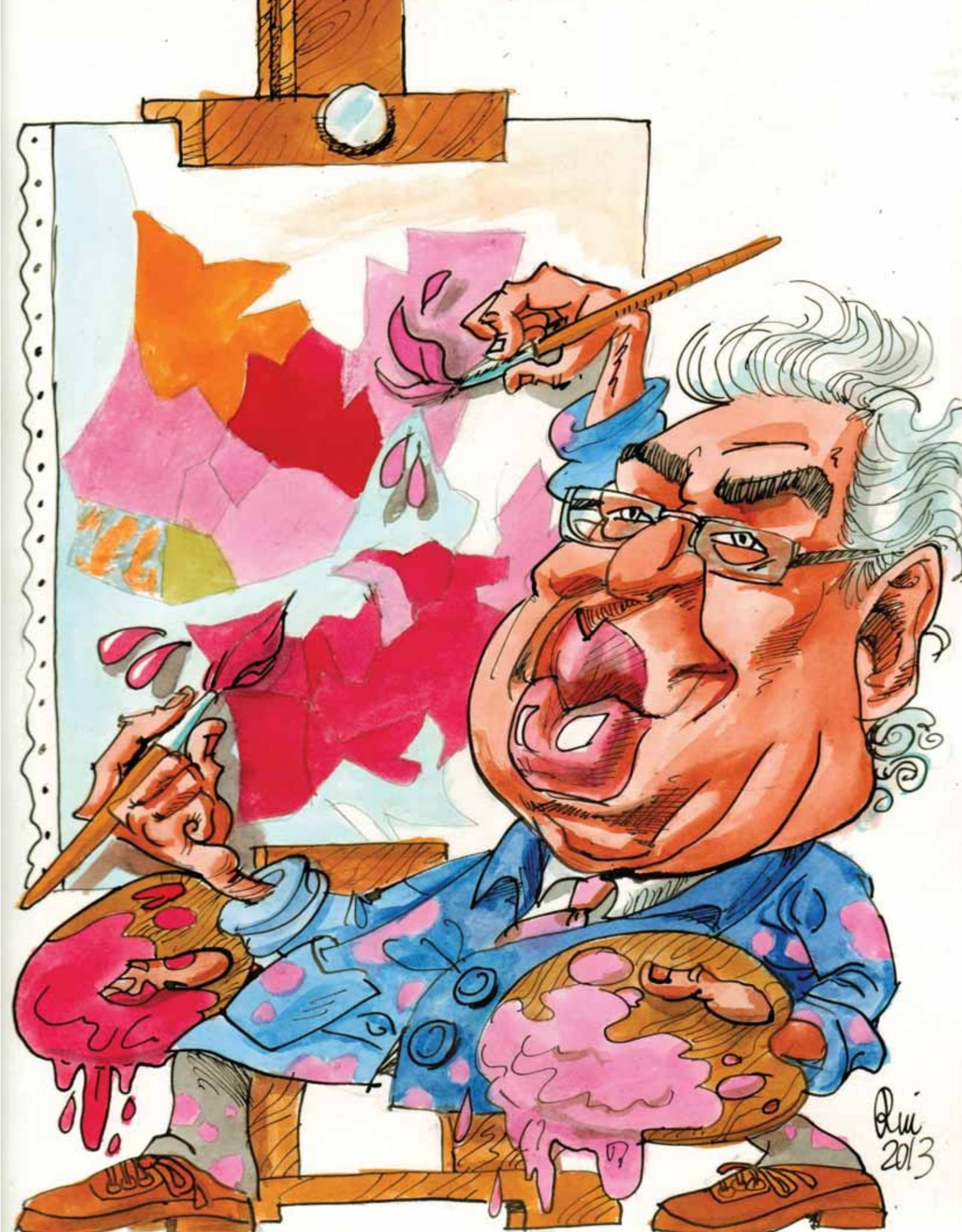
AML PROMOVE ENCONTRO DESCENTRALIZAÇÃO EDUCATIVA: PERSPETIVAS ESTRATÉGICAS

A Área Metropolitana de Lisboa, através do Grupo de Vereadores da Educação dos Municípios da AML, promoveu o Encontro “Descentralização Educativa: Perspetivas Estratégicas”, no Pequeno Auditório do Centro Cultural Olga Cadaval, Sintra.

A sessão de abertura contou com a presença do, à data, Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Carlos Humberto de Carvalho, do, na altura, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Seara e do Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares, Dr. José Alberto Duarte. O primeiro painel temático, dedicado à *Descentralização Educativa: perspetivas estratégicas*, foi moderado pelo Vereador António Matos, da CM de Almada, e contou com a apresentação, pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação, Dr. Manuel Miguéns, do relatório



da audição realizada em 2012 pelo Conselho Nacional de Educação. O segundo painel, dedicado à *Gestão Local em Educação: Crises e oportunidades*, foi moderado pela, à data, Vereadora Ana Clara Justino, da CM de Cascais, e contou com a participação do Prof. Joaquim Azevedo, docente da área na Universidade Católica Portuguesa. A terminar o encontro teve a palavra Marco Almeida, à data Coordenador do Grupo de Vereadores da Educação dos Municípios da AML e Vice-Presidente da CM de Sintra. Este evento, destinado a autarquias e escolas, contou com cerca de uma centena de participantes, entre autarcas, diretores de escolas, professores e técnicos das autarquias.



Área Metropolitana de Lisboa

Alcochete
Almada
Amadora
Barreiro
Cascais
Lisboa
Loures
Mafra
Moita
Montijo
Odivelas
Oeiras
Palmela
Seixal
Sesimbra
Setúbal
Sintra
Vila Franca de Xira



ÁREA METROPOLITANA
DE LISBOA

